



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA  
CAMPUS III – CENTRO DE HUMANIDADES  
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA  
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA**

**CLAUDIANO DOS SANTOS ANDRADE**

**ARAÇAGI E SEU CRESCIMENTO URBANO: um olhar para a infraestrutura da  
malha urbana e o direito à cidade.**

**GUARABIRA/PB  
2019**

**CLAUDIANO DOS SANTOS ANDRADE**

**ARAÇAGI E SEU CRESCIMENTO URBANO: um olhar para a infraestrutura da malha urbana e o direito à cidade.**

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

Linha de pesquisa: Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais

**GUARABIRA/PB  
2019**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

A553a Andrade, Claudiano dos Santos.

Araçagi e seu crescimento urbano [manuscrito] : um olhar para a infraestrutura da malha urbana e o direito à cidade. / Claudiano dos Santos Andrade. - 2019.

53 p. : il. colorido.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Humanidades, 2019.

"Orientação : Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues, Coordenação do Curso de Geografia - CH."

1. Planejamento. 2. loteamentos. 3. Direito à cidade. 4. Loteamentos. 5. Expansão urbana. I. Título

21. ed. CDD 910

CLAUDIANO DOS SANTOS ANDRADE

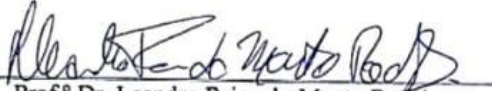
**ARAÇAGI E SEU CRESCIMENTO URBANO: um olhar para a infraestrutura da malha urbana e o direito à cidade.**

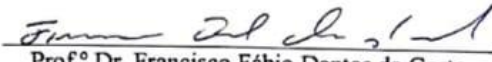
Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Geografia da Universidade Estadual da Paraíba, em cumprimento à exigência para obtenção do grau de Licenciado em Geografia.

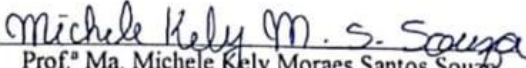
Linha de pesquisa: Transformações Econômicas nos Espaços Urbanos e Rurais

Aprovada em: 20/11/2019.

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.º Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues  
(Orientador)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CH

  
Prof.º Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa  
(Examinador)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CH

  
Prof.ª Ma. Michele Kely Moraes Santos Souza  
(Examinadora)  
Universidade Estadual da Paraíba – UEPB/CH

GUARABIRA/PB  
2019

*Feliz o homem que acha sabedoria, e o homem que  
adquire conhecimento; porque melhor é o lucro  
que ela dá do que o da prata, e melhor a sua renda  
do que o ouro mais fino.*

***Provérbios 3:13-14***

## **AGRADECIMENTOS**

Ao Deus criador, aquele que é, e que era e que há de vir. Por sua forte mão estendida a mim nos momentos de dificuldades vividos e pela saúde concedida, sem a qual nada seria possível.

A minha esposa, Fernanda de Lima Barros Andrade por seu companheirismo, compreensão e lealdade nos momentos de alegria e dificuldades enfrentados em minha vida.

Aos meus pais, Maria da Luz dos Santos Andrade e Claudio da Costa Andrade por terem se esforçado ao máximo para me oferecer a melhor educação possível e sempre acreditar em mim.

A minha irmã, Karolayne dos Santos Andrade por sempre incentivar a minha caminhada acadêmica.

Ao meu orientador, Prof.º Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues por sua ajuda e dedicação que foram de extrema importância na elaboração desta monografia.

Aos professores, Prof.º Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa e a Prof.ª Ma. Michele Kely Moraes Santos Souza pela disponibilidade em fazer parte da banca avaliadora.

Ao meu primo, Daniel Silva de Oliveira por ter sido peça fundamental na véspera do dia da realização da prova do ENEM e não só neste dia mas também pelo incentivo em participar deste exame.

Aos colegas da turma 2013.1 pelos momentos vividos na graduação. Também não poderia esquecer dos meus amigos e colegas da minha cidade, que juntamente comigo enfrentam as viagens diárias para a Universidade.

E por fim a todos os que fazem parte da Universidade Estadual da Paraíba mais especificamente os funcionários do campus III, desde os terceirizados aos técnicos e professores pela dedicação em nos proporcionar sempre um ambiente limpo, seguro e com uma extrema atenção as nossas demandas diárias.

## 043 – GEOGRAFIA

**TÍTULO: ARAÇAGI E SEU CRESCIMENTO URBANO:** um olhar para a infraestrutura da malha urbana e o direito à cidade.

**LINHA DE PESQUISA:** Transformações econômicas nos espaços urbanos e rurais.

**AUTOR:** Claudiano dos Santos Andrade

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

**EXAMINADORES:** Prof.º Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

Prof.ª Ma. Michele Kely Moraes Santos Souza

### RESUMO

A pesquisa trata sobre a infraestrutura na expansão da área urbana da cidade de Araçagi-PB, bem como aborda o direito do cidadão acerca dos recursos disponíveis que o mesmo deve ter enquanto morador urbano. Boa parte dos atuais problemas urbanos poderiam ser evitados caso houvessem um planejamento urbano ou uma maior observância da legislação existente em nosso país, estado e município. Por falta de conhecimento o cidadão não reivindica o que de fato é seu por direito, o que juntamente com o descaso público, aumenta a falta de infraestrutura no crescimento da cidade. A dificuldade de se conceituar o que vem a ser uma cidade também é abordado no trabalho. Foram feitas visitas em cinco loteamentos, que marcam o crescimento da malha urbana da cidade de Araçagi-PB dentre os quais: três são de iniciativa privada e dois promovidos pelo poder público, a fim de observar a estrutura básica disponível (saneamento básico e distribuição de água e energia) aos seus moradores que em alguns casos já residem, bem como aqueles que estão adquirindo um lote para construção de suas futuras casas. Foi pesquisado através da Lei de Diretrizes Orçamentárias do município estudado, os valores que serão investidos no ano de 2019 na melhoria da infraestrutura da cidade. O trabalho faz uma análise dos aspectos socioeconômicos para uma maior compreensão dos possíveis motivos que justifiquem a procura por esses lotes na cidade. A pesquisa apresentou que existe uma necessidade de recursos básicos de infraestrutura e mostra que medidas devem ser tomadas para ter uma melhor cidade para habitar.

**Palavras-chave:** Planejamento; expansão urbana; loteamentos; direito à cidade.

## 043 – GEOGRAFIA

**TÍTULO: ARAÇAGI E SEU CRESCIMENTO URBANO:** um olhar para a infraestrutura da malha urbana e o direito à cidade.

**LINHA DE PESQUISA:** Transformações econômicas nos espaços urbanos e rurais.

**AUTOR:** Claudiano dos Santos Andrade

**ORIENTADOR:** Prof. Dr. Leandro Paiva do Monte Rodrigues

**EXAMINADORES:** Prof.º Dr. Francisco Fábio Dantas da Costa

Prof.ª Ma. Michele Kely Moraes Santos Souza

### ABSTRACT

The research deals with infrastructure in the expansion of the urban area of the city of Araçagi-PB, as well as addresses the citizen's right about the available resources that it should have as an urban resident. Most of the current urban problems could be avoided if there was an urban planning or greater observance of existing legislation in our country, state and municipality. For lack of knowledge the citizen does not claim what is indeed his by right, which along with public disregard with infrastructure in the growth of the city. The difficulty of conceptualizing what becomes a city is also addressed at work. Visits were made in the five allotments, which mark the growth of the urban network of the city of Araçagi-PB among which: three are privately owned and two promoted by the public authorities, in order to observe the basic structure available (basic sanitation and distribution of water and energy) to its residents who in some cases already reside, as well as those who are acquiring a lot to build their future homes. The values that will be invested in 2019 in improving the city's infrastructure were researched through the Budget Guidelines Act. The work analyzes socioeconomic aspects for a greater understanding of the possible reasons that justify the search for these lots in the city. The research showed that there is a need for basic infrastructure resources and shows what measures should be taken to have a better city to inhabit.

**Keywords:** planning; urban expansion; allotment; right to the city.



## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1</b> – Relevo de Araçagi .....	17
<b>IMAGEM 2</b> – Itacoatiara em Araçagi .....	18
<b>IMAGEM 3</b> – Sítio arqueológico Lagoa do Caju .....	18
<b>IMAGEM 4</b> – Atividade pecuária na Avenida Olívio Maroja .....	25
<b>IMAGEM 5</b> – Ilustração da divisão da gleba em desmembramento e loteamento .....	29
<b>IMAGEM 6</b> – Área da pesquisa .....	40
<b>IMAGEM 7</b> – Loteamento Nova Araçagi em 2015 .....	41
<b>IMAGEM 8</b> – Loteamento Nova Araçagi em 2019 .....	41
<b>IMAGEM 9</b> – Loteamento Nova Araçagi e seu escoamento das águas .....	41
<b>IMAGEM 10</b> – Loteamento Nova Araçagi com ruas sem calçamento .....	41
<b>IMAGEM 11</b> – Loteamento Nova Araçagi visto da Rodovia PB 057 em 2015 .....	42
<b>IMAGEM 12</b> – Loteamento Nova Araçagi visto da Rodovia PB 057 em 2019 .....	42
<b>IMAGEM 13</b> – Lado oeste do loteamento Bela Vista .....	42
<b>IMAGEM 14</b> – Lado leste do loteamento Bela Vista .....	42
<b>IMAGEM 15</b> – Loteamento Bela Vista em 2015 .....	43
<b>IMAGEM 16</b> – Loteamento Bela Vista em 2019 .....	43
<b>IMAGEM 17</b> – Caixa d'água do loteamento Bela Vista .....	43
<b>IMAGEM 18</b> – Topografia do loteamento Bela Vista .....	43
<b>IMAGEM 19</b> – Propaganda do loteamento Alto da Serra .....	44
<b>IMAGEM 20</b> – Entrada do loteamento Alto da Serra .....	44
<b>IMAGEM 21</b> – Topografia do loteamento Alto da Serra .....	45
<b>IMAGEM 22</b> – Loteamento Alto da Serra .....	45
<b>IMAGEM 23</b> – Planta do loteamento doado pela PMA .....	45
<b>IMAGEM 24</b> – Foto do loteamento doado pela PMA .....	45
<b>IMAGEM 25</b> – Ruas sem calçamento no loteamento doado pela PMA .....	46
<b>IMAGEM 26</b> – Loteamento doado pela PMA sem rede elétrica .....	46
<b>IMAGEM 27</b> – Conjunto Habitacional em Araçagi .....	47
<b>IMAGEM 28</b> – Principal rua de acesso ao Conjunto Habitacional em Araçagi .....	47
<b>IMAGEM 29</b> – Instalação de postes no Conjunto Habitacional em Araçagi .....	47
<b>IMAGEM 30</b> – População acompanha instalação de postes no Conjunto Habitacional em Araçagi .....	47

## LISTA DE GRÁFICOS

<b>GRÁFICO 1</b> – Distribuição da população por local de moradia .....	19
<b>GRÁFICO 2</b> – Produção de abacaxi e efetivo bovino de Araçagi .....	20
<b>GRÁFICO 3</b> – Produção de Tilápia e Camarão de Araçagi .....	21
<b>GRÁFICO 4</b> – Investimentos do poder público municipal para o ano de 2019 .....	31

## LISTA DE TABELAS

<b>TABELA 1</b> – Quantidade de estabelecimentos comerciais/serviços .....	20
<b>TABELA 2</b> – LDO do município de Araçagi-PB, ano de 2019 .....	32

## LISTA DE MAPAS

<b>MAPA 1</b> – Localização do Município de Araçagi-PB .....	16
--	----

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

<b>AESA</b> – Agência Executiva de Gestão das Águas
<b>CAGEPA</b> – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba
<b>CPRM</b> – Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais
<b>FGTS</b> – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço
<b>hab/km<sup>2</sup></b> – Habitante por quilômetro quadrado
<b>IBGE</b> – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
<b>IDEB</b> – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
<b>kg</b> – Quilograma
<b>LDO</b> – Lei de Diretrizes Orçamentárias
<b>m<sup>2</sup></b> – Metros quadrados
<b>PB</b> – Paraíba
<b>PMA</b> – Prefeitura Municipal de Araçagi
<b>quant.</b> – Quantidade
<b>R\$</b> – Reais

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI .....</b>	<b>15</b>
2.1 História .....	15
2.2 Geografia .....	16
2.3 Aspectos Socioeconômicos .....	18
<b>3. REVISÃO LITERÁRIA .....</b>	<b>22</b>
3.1 Discussão sobre o conceito de cidade .....	22
3.2 Direito à cidade .....	26
3.3 Legislação sobre os loteamentos .....	28
3.4 Necessidade de planejamento urbano .....	32
3.5 Alguns problemas relacionados à cidade .....	36
<b>4. CRESCIMENTO DA CIDADE DE ARAÇAGI .....</b>	<b>39</b>
4.1 Loteamento Nova Araçagi .....	41
4.2 Loteamento Bela Vista .....	42
4.3 Loteamento Alto da Serra .....	44
4.4 Loteamento doado pela Prefeitura de Araçagi .....	45
4.5 Conjunto Habitacional .....	46
<b>5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>48</b>

## REFERÊNCIAS

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho analisa o crescimento horizontal da cidade de Araçagi no estado Paraíba, demonstrando como estão sendo construídos os loteamentos do ponto de vista estrutural observando o que a legislação declara como requisitos básicos. O direito à moradia é assegurado no caput do artigo 5º da Constituição Federal de 1988 e desde 1948 se tornou um direito humano universal através da Declaração Universal dos Direitos Humanos, porém no Brasil para um cidadão ter sua casa própria se torna uma tarefa difícil e principalmente para aqueles que fazem parte da classe trabalhadora de renda baixa.

Os loteamentos trazem uma possibilidade de construção de imóveis o que para essas pessoas são na maioria das vezes a única chance ter sua casa própria. O problema é que não pode ser pensado apenas na solução do presente, mas se a infraestrutura que está sendo construída atenderá as necessidades futuras para um bem coletivo, deve-se pensar no desenvolvimento econômico e principalmente no desenvolvimento social.

Para podermos entender como se dá o processo de crescimento urbano que hoje vemos e conhecemos é necessário perceber que existiu uma sequência de diversos fatores que influenciaram na atual forma. Levar em consideração a ação antrópica é fundamental para uma compreensão coerente de fatos que estão acontecendo em nossas cidades, sejam eles positivos ou negativos. As cidades que temos não surgiram do nada nem pelo acaso, elas nascem das necessidades humanas seja para habitação ou para dar apoio em alguma atividade desenvolvida no local.

No período paleolítico o homem estava na condição de nômade, a princípio esse cenário seria impossível pensar numa possível lógica urbana, porém Maria Spósito em seu livro *Capitalismo e urbanização* (2000) nos traz que nesse período o homem já sentia o desejo de se relacionar com o lugar, já havia uma preocupação onde seus mortos iriam “morar”, demarcando mesmo que se pretensões um lugar, um território. Com isso é possível pensar que mesmo sendo eles itinerantes procuravam um abrigo para seus mortos, um local de fixação.

Quando o homem passa a ter o domínio da agricultura ele não precisava mais vagar em busca de alimento e daí começa a surgir às aldeias que seriam os primeiros aglomerados urbanos e que proporcionavam melhor qualidade de vida, pois era possível alimentar uma quantidade cada vez maior de pessoas, além de conseguir suprir as necessidades daquela população e ainda era possível guardar o excedente produzido, o que mais tarde dispensaria boa parte de alguns habitantes para outras atividades que não eram voltadas para produção de alimentos.

A cidade teve diversas funções durante toda a história e dependendo dos períodos estas funções eram muito diferentes umas das outras. O que a princípio era um acampamento de agricultores que devido a produção de alimentos tornaram-se sedentários, passou a ser um sistema cada vez mais complexo que proporcionou o surgimento e abrigo para aqueles que não eram produtores agrícolas: governantes, sacerdotes, guerreiros e artesãos.

Atualmente vemos que a cidade cresce cada vez mais rápido e nessa busca do crescimento urbano os loteamentos é uma das formas mais usadas para que o cidadão possa adquirir um espaço na área urbana de forma mais simplificada, principalmente através dos financiamentos bancários, este trabalho mostra o crescimento horizontal resultantes destes loteamentos na cidade de Araçagi na Paraíba.

É notável que os loteamentos tem ajudado a muitas famílias a ter o seu tão sonhado imóvel devido as facilidades dos financiamentos, porém o que também pode ser notado na pesquisa é que essas pessoas estão sendo prejudicadas em relação ao seu direito a ter uma infraestrutura de qualidade que proporcionaria uma melhor qualidade de vida, além de que também foi percebido que a cidade está crescendo de uma forma desordenada o que num futuro pode trazer diversos problemas para toda a sociedade araçagiense.

O planejamento é uma ferramenta indispensável em qualquer área administrativa, e no crescimento urbano não é diferente, uma expansão da malha urbana sem as devidas observâncias técnicas podem levar a problemas gigantescos que poderiam ser evitados se tivessem seguido projetos que previssem essas possíveis complicações. Planejar é algo que deve estar intrinsecamente na gestão urbana de todas cidades, seja ela uma megalópole ou pequena cidade interiorana.

O solo urbano com o passar dos anos tem se tornado cada vez mais uma mercadoria, trata-se de um processo histórico que se intensifica no fim do período feudal e início do capitalismo primitivo, quando o capital comercial juntamente com a figura do rei traz propostas mercantilistas e desenvolvem um aparato político-administrativo gerando nas cidades europeias um adensamento populacional, com isso fica notório que a propriedade urbana ganha um valor de destaque no sistema capitalista devido à necessidade de estar próximo do capital excedente, que sendo produzido, seja nas áreas rurais como na própria cidade contribuem para que a “roda capitalista gire” e sustente todo o sistema que é movido pela acumulação das riquezas produzidas pela classe trabalhadora.

A preocupação com o futuro da cidade não é tarefa apenas dos poderes locais e dos especialistas da área urbana, a população que é diretamente afetada pelos problemas gerados e pela ineficiência de fiscalização dos órgãos legalmente responsáveis e de uma falta de

planejamento na gênese da expansão da cidade, deve -se buscar o conhecimento e entender as causas que levam a tornar uma cidade vulnerável a diversos fatores que podem prejudicar a vida de toda população inserida em locais que foram construídos sem as devidas análises dessas possíveis situações.

Diante do conhecimento da causa da problemática urbana, o indivíduo pode exercer seu exercício de cidadania cobrando de seus gestores e daqueles que comercializam o espaço urbano para que estes entreguem o mínimo exigido nas legislações, a fim de que sejam contemplados todos os direitos que lhe cabem e possam gozar do que a cidade pode oferecer. Só assim caminharemos para mudanças expressivas que beneficiarão não apenas um grupo, e sim a sociedade como um todo.

Este trabalho realiza uma análise de como estão sendo construídos os loteamentos em Araçagi e as perspectivas do futuro da área urbana, buscando compreender se existe uma legislação que norteia esse crescimento e caso exista, se ela está sendo cumprida, caso não esteja sendo cumprida, se existe cobrança por parte do poder público e da população e as consequências de uma falta de planejamento urbano.

O estudo começa a partir de um levantamento bibliográfico sobre o conceito de cidade bem como o direito a esta cidade e a necessidade de planejamento na gestão urbana atentando-se para as necessidades básicas do cidadão urbano, com a finalidade de mostrar que se não forem executados os serviços necessários de infraestrutura a cidade pode colher frutos indesejáveis, típicos de outras cidades que não se atentaram para esse planejamento e hoje convivem com problemas que poderiam ter sido evitados caso tivessem tido a devida sensibilidade ao assunto e trabalhassem a qualidade de vida como fator primordial na expansão urbana.

Após a discussão conceitual foram feitas visitas aos locais de expansão da malha urbana araçagiense, em três loteamentos privados, um conjunto habitacional e um loteamento cedido pela prefeitura de Araçagi aos moradores de baixa renda. Foram coletados registros fotográficos no intuito de analisar as reais condições postas aos cidadãos que ali já residem, que estão à procura de comprar ou que ganharam um lote naquele lugar. As fotos também servem para comparação se com o passar dos anos houve mudanças, tendo em vista que a análise de alguns desses locais começou no ano de 2015.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO DE ARAÇAGI

### 2.1 História

Sobre a história do município de Araçagi o que temos é contado principalmente oralmente, o que se tem documentado vem a partir de sua emancipação política em 1959. Segundo a tradição o povoado surge por volta do final do século XVIII como ponto de apoio aos que conduziam o gado dentro da então província da Paraíba. Ao pesquisarmos mais sobre a história percebemos a falta de material, porém foi localizado um trecho de 29 outubro de 1802 que solicita a confirmação de uma patente de capitão do distrito de Pacatuba e Araçagi ao senhor Antônio Galdino da Silva. (OLIVEIRA, LIMA, MENESES, 2002).

Não podemos afirmar a relação desse senhor Antônio Galdino da Silva com a história de Araçagi, mas temos uma forte indicação desse fato ter acontecido no atual município ou próximo dele, pois nos dias atuais temos a reserva de patrimônio particular de Pacatuba no município de Sapé que faz limite ao sul com o Município de Araçagi o que nos leva a entender que o local já era conhecido nesta data pelo atual nome.

Segundo a tradição oral um senhor conhecido por Manoel, filho de um português, que morava em Areia, recebeu uma sesmaria que receberia o nome de Guandu e com isso surge o primeiro núcleo de povoamento. Os primeiros colonizadores a chegarem à cidade encontraram apenas um acampamento de tropeiros que demandavam a Mamanguape, protegido por pequenos arbustos conhecidos por Araçá e habitado por indígenas do grupo Gê. (IBGE, 2010).

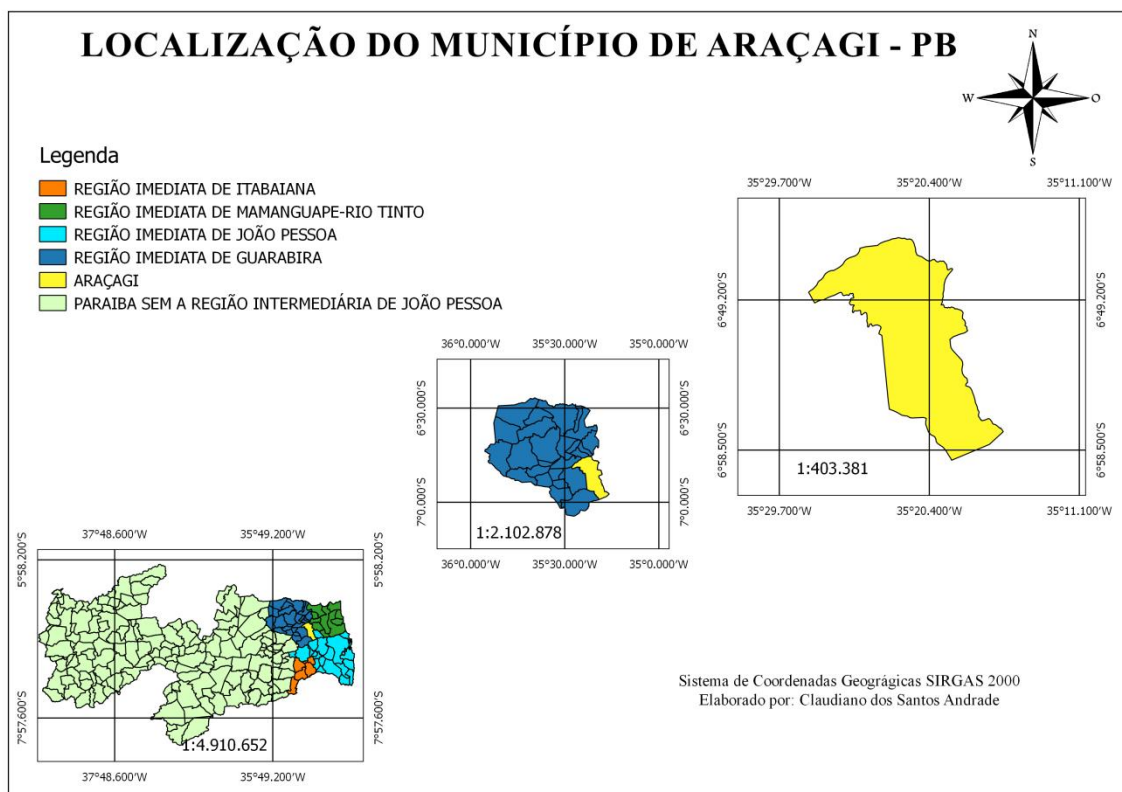
Foram os componentes da família de Clisanto Leite os primeiros que ali se estabeleceram, construíram alguns prédios residenciais, denominando o lugar de Pernambuquinho. Com o desenvolvimento da povoação, edificaram uma Capela, sob a invocação de São Sebastião, e Francisco Leite, seu parente, fundou uma escola, tornando-se o primeiro professor. (IBGE, 2010).

O padre Francelino Coelho Vianna surge por volta do ano 1865 e traz diversas benfeitorias ao município. Em 22 de julho de 1959 Araçagi foi elevada a município sendo o 83º dentre os 223 municípios da Paraíba a emancipar-se tendo como primeiro prefeito o senhor Vanildo Lívio Ribeiro Maroja.

## 2.2 Geografia

O município de Araçagi está localizado na região imediata de Guarabira e a 90 km de João Pessoa capital da Paraíba, tendo uma altitude de aproximadamente 57 metros e com uma área territorial de 231, 155 Km<sup>2</sup>, sendo o quinto maior município da região imediata ao qual está inserido. Faz limite ao norte com os municípios de Duas Estradas, Sertãozinho e Curral de Cima; ao sul, Mari, Sapé e Mulungu; à leste, Cuité de Mamanguape e Itapororoca; à oeste, Pirpirituba e Guarabira. (mapa 1).

**Mapa 1:** Localização do Município de Araçagi-PB



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

A divisão territorial do município de Araçagi hoje dispõe do distrito de Canafístula, os assentamentos: Santa Lucia e Violeta, as agrovilas: Tainha e Mulugunzinho e aproximadamente 50 sítios espalhados por todo seu território.

Na hidrografia o município encontra-se inserido nos domínios da Bacia Hidrográfica do rio Mamanguape. Seus principais tributários são os rios Mamanguape e Araçagi, além dos riachos: Pau d'Arco, Guandu, da Nascimento, Grande, Bananeiras, Tamanduva, Barreiro, da Barra, Salgado e Taumatá. Os principais corpos de acumulação são os açudes: Barriguda, Novo, Morgado e Violeta. Os principais cursos d'água no município têm regime de escoamento Intermitente e o padrão de drenagem é o dendrítico. (CPRM, 2005).



Araçagi dispõe de uma barragem com capacidade para um volume de 63.289.037 m<sup>3</sup>, sendo o quinto maior reservatório do estado da Paraíba. Construída na bacia hidrográfica do rio Mamanguape a qual ocupa uma área de 7,5% de todo território paraibano com 4.254,3 Km<sup>2</sup> de extensão. A barragem normaliza o abastecimento d'água das cidades de Pilõezinhos, Itapororoca, Cuitegi, Guarabira, Araçagi, Cuité de Mamanguape, Capim, Mamanguape e Rio Tinto, beneficiando 180 mil pessoas. (SILVA, 2016).

A vegetação predominante mostra o caráter de transição, com predominância das espécies com características xerófilas, podem ser identificados o predomínio de certos tipos de cobertura vegetal, como: capoeira arbustiva (marmeleiro), capoeira herbácea (mata-pasto, malva), pastagem cultivada (capim pangola), pastagem natural (Milão bico de pato), culturas permanentes (manga, caju), culturas temporárias (abacaxi, mandioca, milho e feijão).

O município apresenta um clima tropical quente e úmido, com chuvas de outono-inverno com média térmica de 25° C, com uma estação seca e outra chuvosa, apresentando o quadrimestre chuvoso distribuídos entre os meses de março a junho. A média anual de chuva é baixa e irregular, provocando períodos de secas, variando sua pluviometria entre 900 a 1200 mm de chuvas anuais.

Apresenta relevo plano, suavemente ondulado localizado em uma depressão na frente oriental do planalto da Borborema com uma altitude de aproximadamente 57 metros. (ANDRADE, 2014). A seguir podemos observar na imagem 1, o relevo do início da cidade à oeste do município, as margens da rodovia PB 057. (imagem 1).

**Imagem 1:** Relevo de Araçagi



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2015

O município de Araçagi está inserido na unidade geoambiental da depressão sublitorânea, frente oriental do Planalto da Borborema, caracterizada por uma superfície de pediplanação bastante monótona, relevo predominantemente suave-ondulado, cortada por vales estreitos, com vertente dissecadas. (NASCIMENTO, 2014).

Próximo ao sítio de Barra da Espingarda foram encontradas itacoatiaras (pinturas gravadas na rocha) no final do século XIX. O local é conhecido como Sítio Arqueológico de Lagoa do Caju, porém mesmo se tratando de um patrimônio histórico e cultural não é protegido pelo Poder Público (imagens 2 e 3).

**Imagem 2:** Itacoatiara em Araçagi



**Fonte:** Jonildo dos Santos Oliveira, 2016

**Imagem 3:** Sítio arqueológico Lagoa do Caju



**Fonte:** Jonildo dos Santos Oliveira, 2016

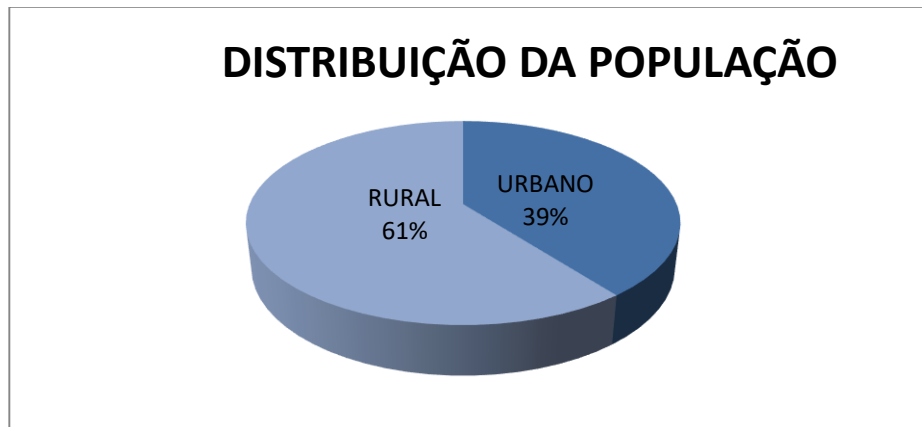
As descobertas no Sítio Lagoa do Caju, que de acordo com a Arqueologia atual, se trata de uma Itacoatiara que comporta 14 desenhos culturais gravados por antigos e que remetem as mesmas aparências da pedra em Ingá. Esses registros rupestres caracterizam-se por símbolos grandes, de até 80 cm, e outros por características de círculos ou formas diversas. Os sinais encontrados no Sítio Lagoa do Caju têm aspectos de uma civilização pré-histórica. (SILVA, 2019).

### 2.3 Aspectos Socioeconômicos

O censo realizado pelo IBGE em 2010 no município de Araçagi mostrou que sua população era de 17.224 habitantes, onde 50,21% são mulheres. O município teve uma redução em sua população em relação ao último censo que era 18.095, sua atual distribuição

populacional é de 6.804 na zona urbana e 10.420 na zona rural. Com 12,4 % de saneamento básico e 17,7% de urbanização de vias públicas, o município tem uma densidade demográfica de 74,51 hab/km<sup>2</sup>, no (gráfico 1) podemos entender como está a divisão da população araçaigiense.

**Gráfico 1:** Distribuição da população por local de moradia



Fonte: IBGE, 2010

Conforme dados do último Censo Demográfico, no município, em agosto de 2010, 5.091 pessoas de sua população total se encontravam em situação de extrema pobreza, ou seja, com renda domiciliar *per capita* abaixo de R\$ 70,00 e isso significa que 29,6% da população municipal vivem nessa situação. Em 2017 apenas 5,8 % da população estava trabalhando com uma renda média de 1,6 salários mínimos. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 54.8% da população nessas condições, o que o colocava na posição 21º dentre os 223 municípios do estado da Paraíba e na posição 507 de 5.570 dentre as cidades do Brasil. (IBGE, 2010).

A educação do município conta com 27 escolas para o ensino fundamental e 1 escola para o ensino médio. Em 2018 foi registrado uma quantidade de 153 professores para o ensino fundamental e 2.266 alunos matriculados e para o ensino médio no mesmo ano foi constado 528 matriculas e 30 professores para essa fase. A nota que avalia o índice da qualidade do ensino na educação básica ficou muito aquém, com uma nota de 3,8 (4º série/ 5º ano) e 2,8 (8º série / 9º ano) ocupando respectivamente as posições 196º e 203º entre os 223 municípios existentes na Paraíba. (INEP, 2017).

No setor de comércio e serviços a cidade contém uma boa quantidade de supermercados, padarias, lojas de materiais de construção, consultórios odontológicos e dentre outros. A tabela 1 a seguir é resultado de uma visita em campo nas seguintes localidades: Avenida Olívio Maroja, Avenida Adolfo Muniz de Medeiros, Avenida Prefeito Benjamim

Rosas de Vasconcelos, Praça Macrina Maroja, Rua Felipe Rodrigues, Rua Major João Leite, Rua Padre Marcos de Santa Maria, Rua Pedro Batista, Rua Manoel Ribeiro Franco, Rua Professora Maria do Carmo. (tabela 1).

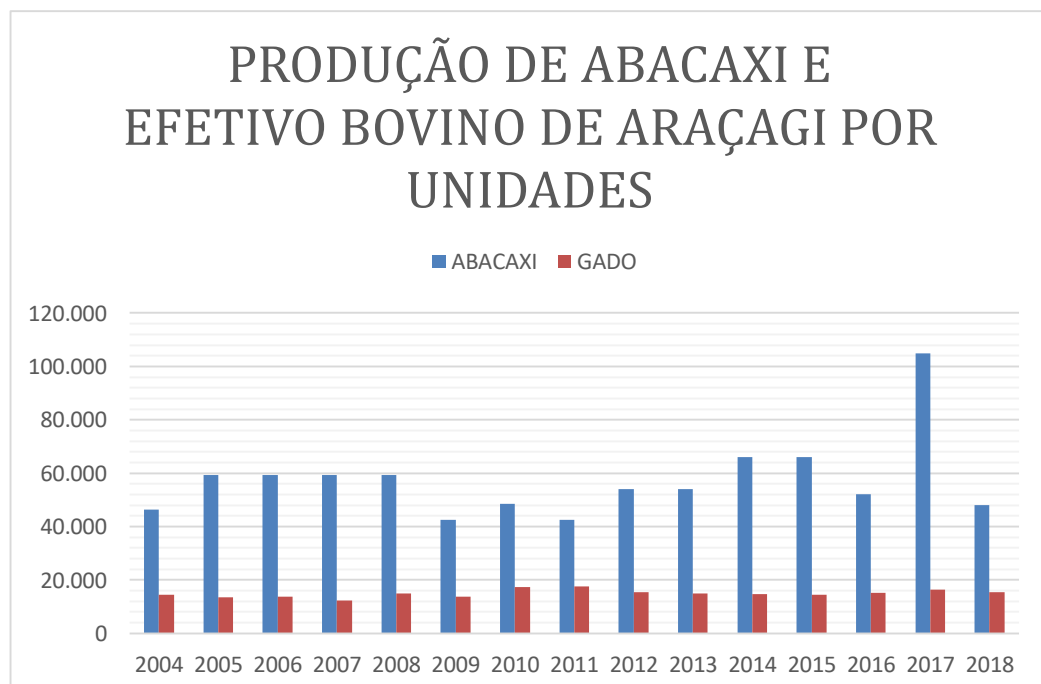
**Tabela 1:** Quantidade de estabelecimentos comerciais/serviços

COMÉRCIO/SERVIÇO	QUANT.	COMÉRCIO/SERVIÇO	QUANT.
SUPERMERCADO	14	CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO	3
LOJA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO	9	LOJA DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS/VETERINÁRIOS	3
PADARIA	7	FARMÁCIA	2
REPRESENTANTE BANCÁRIO	4	LOJA DE MOVÉIS	2
HORTIFRUTI	3	AGÊNCIA BANCÁRIA	2
POSTO DE COMBUSTÍVEL	3	LOJA DE CALÇADO	1

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Sua economia vem principalmente da agricultura e se destaca na produção do abacaxi ocupando o terceiro lugar no estado da Paraíba, com uma área de mais de três mil hectares destinadas para o cultivo do abacaxi produzindo cerca de 30 mil frutos por hectare. Na pecuária a principal criação é a bovina, recentemente, mais precisamente a partir do ano de 2013 foram introduzidas as atividades de aquicultura no município. Nos gráficos 2 e 3 a seguir, podemos ver a produção de abacaxi, quantidade de gado, camarão e tilápia em Araçagi. (gráfico 2).

**Gráfico 2:** Produção de abacaxi e efetivo bovino de Araçagi

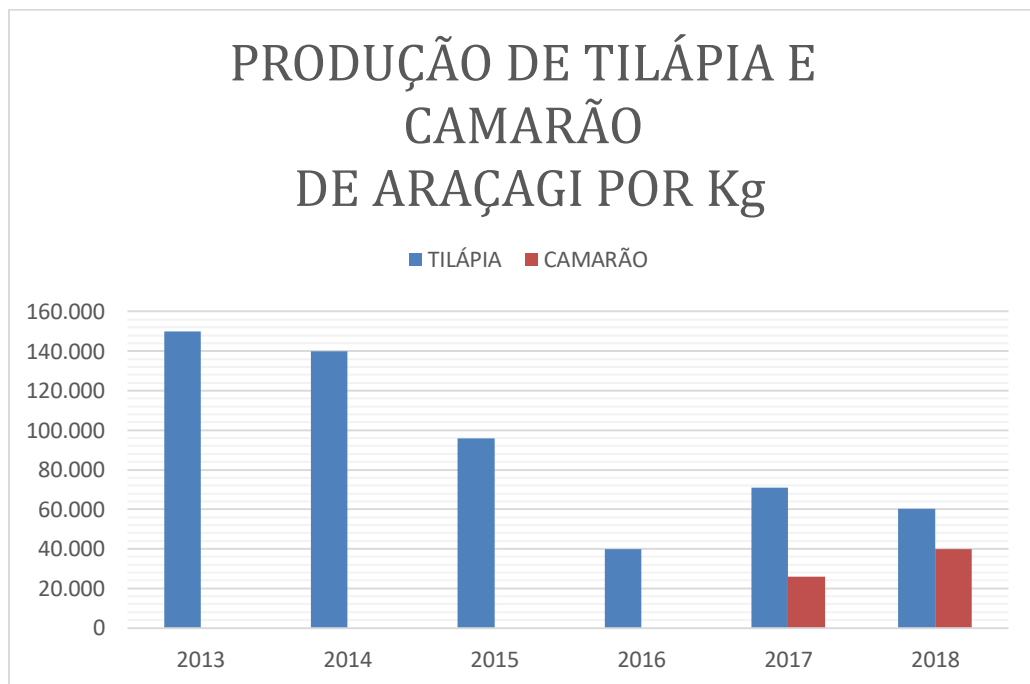


**Fonte:** IBGE, 2018

Podemos observar que a produção de gado se mantém numa média de 14.948 cabeças durante os 15 anos pesquisados. A proporção de animais para a produção de leite no ano de 2018 equivale a 11,9% do total do rebanho neste ano, o que mostra que a maior parte é para o abate.

O abacaxi por sua vez, não mantém uma média regular, vemos várias alternâncias na produção, as produções com menor expressividade se deram nos anos de 2009 e 2011 com uma colheita um pouco maior que 40.000 frutos. Em 2015, Araçagi foi a 3º maior produtora do fruto no estado da Paraíba e no ano de 2017 o município teve a maior produção nos últimos 15 anos, com 105.000 frutos colhidos. (IBGE, 2018). (gráfico 3).

**Gráfico 3:** Produção de Tilápia e Camarão de Araçagi



**Fonte:** IBGE, 2018

No local tinha disponível até o ano de 2015, 168 tanques-rede e um galpão para armazenamento de ração contando com dez pescadores. A associação dos piscicultores e aquicultores fica localizada no Assentamento Santa Lúcia, numa área estratégica, pois é próxima das cidades que representam mais de 50% do consumo da Tilápia no estado paraibano, com uma distância de: 90 Km para João Pessoa, 101 km para Campina Grande, 13,3 Km para Guarabira, 48 Km para Solânea, 74,6 Km para Santa Rita, 53,4 Km para Areia e de 44,2 Km para Bananeiras. (GUIMARÃES, 2015).

### 3 REVISÃO DA LITERÁRIA

#### 3.1 Discussão sobre o conceito de cidade

A geografia em sua essência trabalha com várias áreas do saber, uma dessas áreas é a geografia urbana que estuda as modificações do espaço geográfico com olhar direcionado na temática do processo antrópico sobre as cidades. Vivemos em uma sociedade cada vez mais ligada a vida urbana e a cidade tem papel fundamental neste estilo de vida que por vezes trazem benefícios e malefícios aos seres humanos inseridos nas cidades e também afetam até mesmo aqueles que estão distante dela.

É preciso conhecer e entender o objeto de estudo, isso é fundamental para um conhecimento científico aprofundado e nessa prerrogativa nos deparamos com uma das primeiras dificuldades que seria o conceito de cidade. Não existe um conceito pronto e que contemple todas as cidades do mundo, mas podemos tentar buscar chegar numa exegese que mais nos aproxime do termo.

Caracterizar ou conceituar o termo de cidade é uma tarefa difícil e árdua, e muitas vezes propicia a questionamentos. Para Souza (2003) essa dificuldade se dá pelas variações de cidades que temos espalhadas pelo mundo inteiro, muitas destas com características peculiares e que só possível vemos em determinadas situações específicas. Fica fácil a compressão da dificuldade de conceituação do termo cidade diante da problemática exposta, o que é possível identificar de forma mais incisiva são características pertencentes nas cidades e com essas informações é possível trabalharmos a ideia do que pode ou não ser uma cidade.

A cidade durante toda história teve diversas funções desde os atos mais primitivos quando o homem se torna sedentário e por consequência surgem pequenos grupos vivendo num mesmo espaço com uma divisão de trabalho rústica, porém eficiente, passando também pelo período feudal onde as cidades quase não eram habitadas, a não ser pelo clero e por algumas pessoas lotadas em cargos de administração mudando essa conjectura quando as práticas mercantilistas surgem e torna as cidades um dos principais pilares da produção e com isso o fortalecimento do capitalismo primitivo. ( SPÓSITO, 2000).

Já podemos perceber que a divisão do trabalho tem forte influência nas cidades e essa sim, é uma das características relacionada ao conceito de cidade, com essa divisão do trabalho é possível perceber também o uso do solo urbano que está relacionado há uma produção não

agrícola, “a produção do excedente alimentar é, portanto, condição necessária — embora não seja a única — para que efetivamente se dê uma divisão social do trabalho, que por sua vez abre a possibilidade de se originarem cidades” (SPÓSITO, 2000 p.13).

Com as cidades foi possível o surgimento de classes sociais, a agricultura gerou uma capacidade de produção suficiente para a sobrevivência dos aglomerados de pessoas (não podemos atribuir o termo urbano ainda nesse momento pois ainda era o início do que é compreendido hoje como cidade) e o excedente alimentar do que havia sido produzido possibilitava que alguns que estavam diretamente relacionados a manutenção de suas famílias na produção rural, tivessem oportunidade de mudar de “profissão” e com isso figuras como soldados, artesãos e burocratas aparecem no cenário. (SOUZA, 2003 p.44).

É possível compreender que as cidades sempre trouxeram a ideia de mudança de vida, pessoas enxergam na vida urbana novas possibilidades de trabalho e chance de ascensão social fazendo da cidade um ambiente extremamente complexo, devido a procura por trabalho como também por oferta de serviços e produtos, fazendo com que a roda do capitalismo gire, principalmente sobre os pilares da exploração do trabalho assalariado e os meios de produção, isso faz da cidade o lugar ideal para as estratégias do capital.

A cidade é, particularmente, o lugar onde se reúnem as melhores condições para o desenvolvimento do capitalismo. O seu caráter de concentração, de densidade, viabiliza a realização com maior rapidez do ciclo do capital, ou seja, diminui o tempo entre o primeiro investimento necessário à realização de uma determinada produção e o consumo do produto. A cidade reúne qualitativa e quantitativamente as condições necessárias ao desenvolvimento do capitalismo, e por isso ocupa o papel de comando na divisão social do trabalho (SPOSITO, 2000, p 64).

O fato de ter um aglomerado de pessoas e existir também certa produção não faz de uma local uma cidade. Para Souza (2003) a cidade é um local de mercado onde existe a troca de produtos ou bens de serviço, acrescentando a ideia de circulação de mercadoria, nos apresenta a cidade como uma localidade central onde os moradores convergem para sua área central de negócios e dependendo do que é ofertado em determinada cidade, faz com que ela atraia pessoas de diversos lugares. Fica perceptível uma diferença muito grande entre um povoado e uma cidade, mesmo os dois tendo um aglomerado humano e tendo produção, um povoado nunca será uma localidade central é por isso não pode ser caracterizado como uma cidade.

A vida econômica da aldeia ou do povoado gira em torno da agricultura e da pecuária, às vezes do extrativismo mineral, quer dizer, daquelas atividades econômicas que, por excelência, definem uma identidade geoeconômica, ou seja, econômico-espacial, própria do campo, em contraposição à cidade. Na aldeia ou no povoado, produtos agropecuários são estocados provisoriamente e, eventualmente, sofrem algum tipo de beneficiamento, o mais das vezes preliminar. O comércio de aldeia ou povoado é rudimentar, e é voltado para o auto-abastecimento local (SOUZA, 2003 p 26).

Outra característica de uma cidade e que ela não é apenas um lugar de produção e comércio, existe um centro de gestão do território onde os poderes privados, religiosos e políticos tem suas sedes. As pessoas também têm seus interesses e organizam o espaço de forma a atendê-los em suas características e afinidades, formando assim grupos sociais, “Em uma cidade (ou, mais amplamente, em um núcleo urbano) se concentram classes sociais não vinculadas, diretamente, à agricultura ou à pecuária, como os capitalistas, os trabalhadores (industriais, do comércio etc.) e profissionais liberais” (SOUZA, 2003 p 30).

O território é entendido como um produto social, político e histórico e demonstra a importância política ao espaço para atividade de poder e gestão, cria um sentimento de identidade e pertencimento no indivíduo com aquele lugar. Como falado no parágrafo anterior à cidade tem como característica ser um centro de administração e controle, com isso e compreensível que o urbano seja priorizado nas políticas públicas e também é relacionado ao desenvolvimento, seja do país, estado ou município afetando diretamente na vida social da população.

O território, enquanto campo de forças, está associado à questão relativa ao desenvolvimento e, portanto, às práticas territoriais, mediadas pelo Estado. Ao longo da história do país, por exemplo, as práticas territoriais permitiram a incorporação das mais diferentes infra-estruturas ao espaço, provocando os mais variados graus de impactos sociais, culturais, ambientais em um país com dimensões territoriais, que apresenta as mais diversas características geológicas, populacionais, culturais e regionais (VITTE, KEINERT, 2009, p 113).

Não existe um tamanho mínimo ou máximo para criação de uma cidade, segundo Souza (2003) seria uma tarefa bem cômoda assim o fazê-lo, porém a forma quantitativa não tem um valor significativo no entendimento o que vem a ser uma cidade. No Brasil temos como núcleos urbanos as cidades e as vilas, tendo como sede de um município a cidade e a vila como sede de um distrito desse mesmo município. Vemos que análise quantitativa não resolve os problemas de conceituação, pois temos exemplos de vilas de um município com uma maior quantidade de pessoas que uma cidade de outro município, “A cidade – local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede da autoridade – nasce da aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu.” (BENEVOLO, 1997, p 23).

Observamos as características que são diretamente das cidades e com isso é possível estudar esse grande universo criado pelo ser humano, e que a cada dia que passa, cresce de forma grandiosa tendo uma grande importância no sistema capitalista ao qual nossa sociedade está inserida, porém isso não significa dizer que todos têm acesso à cidade. A cidade é vista em seu espaço pela ótica de sua funcionalidade, logo é possível entender que o solo urbano tem função específica e cada vez mais a terra vira uma mercadoria para atender uma lógica de



acumulação de riquezas própria do sistema de produção vigente, seja pela própria produção do espaço urbano, seja pela inércia de seu uso.

O solo urbano tem uma capacidade grande de absorver e criar capital, isso fica claro que o simples fato dele está inserido numa determinada área, já o atribui valores que vão muito além de suas características físicas como a fertilidade por exemplo e com isso leva uma grande vantagem sobre solos rurais. As atividades desenvolvidas nas áreas urbanas são voltadas para a produção e comercialização de bens manufaturados, o espaço urbano tem a preocupação de fornecer uma estrutura de apoio a essas atividades e com isso os grandes proprietários fundiários vão atribuindo valores cada vez maiores as propriedades.

Os proprietários de terras atuam no sentido de obterem a maior renda fundiária de suas propriedades, interessando-se em que estas tenham o uso que seja o mais remunerador possível, especialmente uso comercial ou residencial de status. Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em terra urbana, ou seja, têm interesse na expansão do espaço da cidade na medida em que a terra urbana é mais valorizada que a rural. (CORREA, 1989 p 16).

Dentro dos limites entre urbano e rural no contexto das cidades existe uma área de transição, Souza (2003) trabalha os conceitos de franja rural-urbana ou periurbano em seu livro ABC do Desenvolvimento Urbano sendo como o local de encontro da malha urbana com o solo rural e apresentando justamente a complexidade existente nas cidades que por natureza traz um conceito de produção totalmente diferente das áreas rurais, porém é possível encontrar algumas “ilhas rurais” em meio à selva de pedra produzindo ou tendo atividades de cunho rural. É mais comum esse tipo de situações nas cidades interioranas e Araçagi tem um exemplo como mostra a foto a seguir onde existe um curral de gado na sua principal via de circulação (Avenida Olívio Maroja) e bem próximo do centro da cidade com uma distância de pouco mais de 500 metros. (imagem 4).

**Imagem 4:** Atividade pecuária na Avenida Olívio Maroja



**Fonte:** Fernanda de Lima Barros Andrade, 2019

Com essa pequena reflexão acerca do que seria uma cidade podemos entender a tamanha complexidade existente desde seu conceito, seu desenvolvimento e a lógica atribuída à vida urbana. A importância e o poder da cidade na sociedade ficaram claros desde a possibilidade de criação de classes sociais até ser um local onde o capitalismo se desenvolve com rapidez.

### **3.2 Direito à cidade**

A cidadania está diretamente relacionada aos direitos garantidos às pessoas inseridas num determinado grupo social, um fator que está relacionado ao cidadão é o direito à cidade e não simplesmente o fato de morar numa área urbana, mas o ter acesso aos serviços e bens que aquela cidade pode oferecer, ou seja, ser participante do convívio social de forma digna e gozar de direitos de forma isonômica. É possível percebermos que existem alguns poucos cidadãos brasileiros se formos aplicar o conceito de forma prática e real, a grande parte da população desconhece sua cidadania e muitos menos têm noção do que isto viria a ser.

Para Santos (2011) a cidadania é uma lei social que abrange a todos, ela cria estrutura da busca pela liberdade e também proporciona mecanismos onde o indivíduo vê seus direitos respeitados devendo ser aprendida e inserida na cultura da população não apenas como um ideal, mas de fato como uma força política, social e jurídica adquirida e utilizável nas contradições rotineiras de nosso cotidiano. O respeito é a base principal da cidadania e só poderá ser de fato uma realidade se todos os participantes da sociedade obtiverem o conhecimento de seus direitos, pois não se reivindica o que não é conhecido.

Podemos perceber um problema com relação ao direito à cidade a partir do que Correia (1989) nos apresenta, o autor traz em sua argumentação sobre o conceito de espaço urbano como um local articulado e fragmentado criador de classes sociais sendo um condicionante e um reflexo de nossa sociedade. Ora se existem fragmentos sociais e classes de pessoas diversas no sentido de um poder político ou aquisitivo em detrimento de outras que não têm representatividade e muitas vezes nem o que comer, fica extremamente difícil conciliarmos a ideia de igualdade que a cidadania nos apresenta ao sermos todos cidadãos.

O cidadão começa aparecer no cenário como um ser que ganhou a liberdade dos feudos e com a cidade ganhou a qualidade de membro de uma sociedade que estava passando de um sistema onde as áreas rurais eram a base estrutural de sobrevivência para a vida em torno da cidade, vemos a importância do urbano na incorporação da cidadania e como meio de uma

libertação de uma sociedade que não conferira nenhuma oportunidade para as pessoas que ao perceberem na vida urbana uma melhoria de vida migraram para as cidades.

A própria palavra cidadão vai se impor com a grande mutação histórica marcada na Europa com a abolição do feudalismo e o início do capitalismo. Marx e tantos outros autores saudaram a chegada do capitalismo como a abolição de vínculos de servidão entre o dono da terra e o “seu” trabalhador e o surgimento do trabalhador livre, dono dos meios de produção. As aglomerações humanas, os burgos, foram o teatro principal dessa luta e o palco dessa enorme conquista. Com o homem do burgo, o burguês, nascia o cidadão, o homem do trabalho livre, vivendo num lugar livre, a cidade (SANTOS, 2011 p. 84-85).

O direito à cidade se torna algo restrito para um grupo social que pode pagar por ele, não falo apenas ao fato de uma pessoa ter condições de comprar um terreno, construir sua casa e ter vida digna com relação ao direito de moradia que é amparado em nossa constituição federal de 1988, mas ao direito de fazer-se participante do que a cidade pode proporcionar sobre os aspectos de saúde, lazer, educação, cultura e dentre os mais diversos possíveis. O grande compositor baiano Lucio Barbosa traz essa problemática quando escreve a música Cidadão (1979) gravada pelo cantor paraibano Zé ramalho onde o cidadão mesmo participando da construção da cidade não pode usufruir dos serviços disponíveis.

Tá vendo aquele colégio, moço?  
Eu também trabalhei lá  
Lá eu quase me arrebento  
Fiz a massa, pus cimento  
Ajudei a rebocar

Minha filha inocente  
Vem pra mim toda contente  
Pai, vou me matricular  
Mas me diz um cidadão  
Criança de pé no chão  
Aqui não pode estudar (BARBOSA, 1979)

Cada vez mais a cidade ao contrário do que deveria ser, aparece como um lugar de exclusão, abandono e disparidades sociais. Em uma mesma cidade temos bairros que atendem de forma mínima ou satisfatória alguns cidadãos e outros bairros que não oferecem nenhuma estrutura ao exercício da cidadania, com essa realidade onde a segregação social ou espacial se apresenta mais presente, fica a pergunta se de fato numa sociedade capitalista existe a possibilidade de todos gozarem de seus direitos de forma satisfatória e plena.

O espaço urbano assume assim uma dimensão simbólica que, entretanto, é variável segundo os diferentes grupos sociais, etários etc. Mas o cotidiano e o futuro próximo acham-se enquadrados num contexto de fragmentação desigual do espaço, levando aos conflitos sociais, como as greves operárias, as barricadas e os movimentos sociais urbanos. O espaço da cidade é assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos. (CORREA, 1989 p 9).

Devemos ter cuidado de não cair na cilada de vermos a cidadania apenas como uma produtora de algo consumível reduzindo assim o cidadão apenas ao indivíduo com possibilidades de usufruir de um produto. Vemos esse discurso muitas vezes quando se vende a ideia do morar ou algo congênera como se fosse algo a ser conquistado, tirando o foco dos direitos associados a um membro civil de uma sociedade que deve lhe conceder os meios necessários, possibilitando uma vida digna e não como um consumidor pronto a comprar algo de que já tem garantido por meio das leis, limitando a cidadania ao poder de compra desvirtuando as características do cidadão.

Em lugar do cidadão surge o consumidor insatisfeito e, por isso, votado a permanecer consumidor. Sua dependência em relação aos novos objetos limita sua vocação para obter uma individualidade e reduz a possibilidade dos encontros interpessoais diretos e enriquecedores, porque simbólicos em sua própria origem. A comunicação entre as pessoas é frequentemente intermediada por coisas. Frequentemente os movimentos de massa também se esgotam nas coisas, tendo uma lógica mais instrumental que existencial. (SANTOS, 2011 p 93).

Encerramos o pensamento sobre o direito à cidade como uma garantia dada pela sociedade ao membro que dela faz parte, como instrumento a fim de proporcionar não só apenas a capacidade de ter uma casa para viver, mas como um cidadão, ao qual é atribuído o poder de fazer-se participante dos serviços disponíveis naquele lugar que está inserido de forma igualitária aos demais que ali residem. Só assim podemos falar em cidadania de forma coerente e justa para toda uma sociedade que atribui ao cidadão à garantia de ter direitos sociais de fato e não apenas uma falácia que é divulgada dentro das leis e nos meios de comunicação.

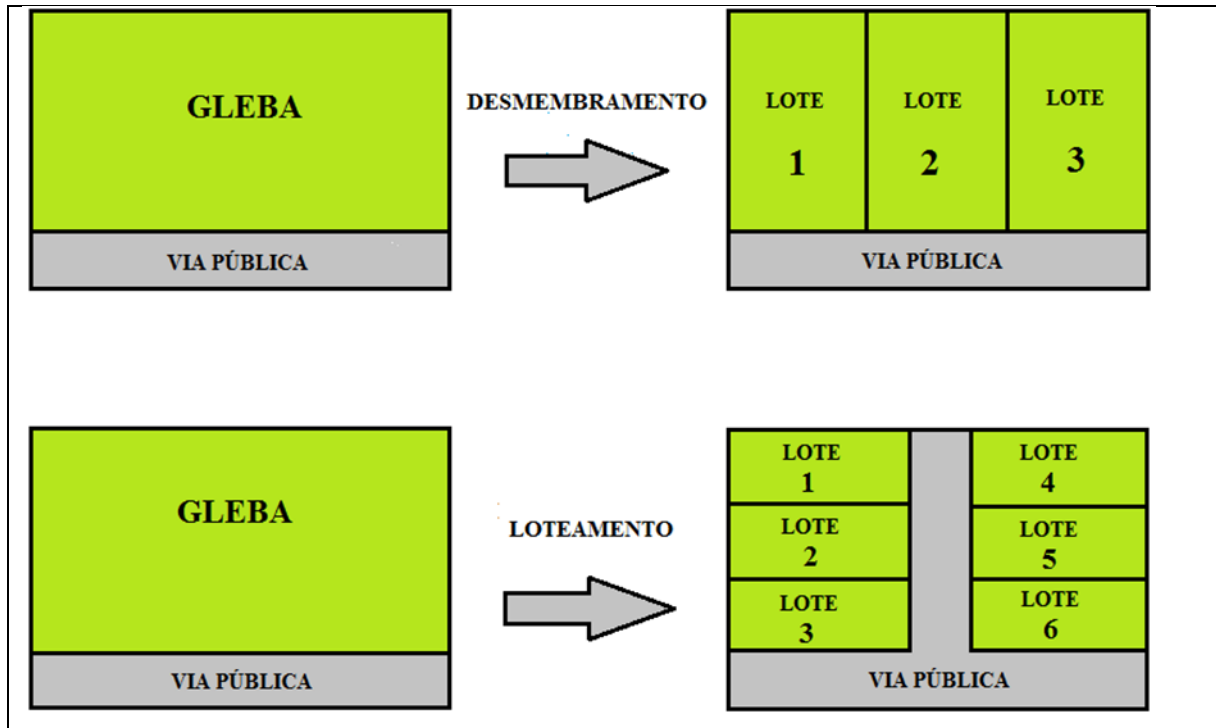
### **3.3 Legislação sobre os loteamentos**

É importante compreender que na legislação vigente existem duas formas de parcelamento do solo urbano que são os loteamentos e os desmembramentos, sendo que das duas possibilidades a mais comum e recorrente são os loteamentos. A principal diferença se dá na questão de aberturas de vias de circulações, pois no caso dos desmembramentos a via já existente possibilita acesso a todos os lotes enquanto que nos loteamentos são necessárias aberturas de vias para que seja possibilitado a circulação entre os lotes. (BRASIL, 1979).

Mesmo o loteamento tendo um maior custo orçamental pois são necessários maiores investimentos com as obras de aberturas de novas vias é perfeitamente compreensivo a maior recorrência dele nas cidades, a legislação traz como requisito básico uma área mínima de 125 metros quadrados por lote, com isso é feita a divisão da gleba de um modo a proporcionar uma maior quantidade de lotes. O conceito de gleba também é interessante ser mencionado, se trata

de um local que nunca sofreu processo de parcelamento do solo. A seguir teremos uma ilustração que facilitará o entendimento sobre os conceitos de gleba, loteamento e desmembramento (imagem 5).

**Imagem 5:** Ilustração da divisão da gleba em desmembramento e loteamento



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

A lei de número 6.766, de 19 de dezembro de 1979 que trata do parcelamento do solo urbano, em seu artigo segundo, explica como sendo a finalidade de um loteamento a divisão de gleba em lotes destinados a edificações e que só serão admitidos os parcelamentos destes solos se estes estiverem no perímetro urbano, também nos traz os requisitos básicos de infraestrutura para esses lugares que vamos perceber em dois dos seus incisos:

§ 5º A infra-estrutura básica dos parcelamentos é constituída pelos equipamentos urbanos de escoamento das águas pluviais, iluminação pública, esgotamento sanitário, abastecimento de água potável, energia elétrica pública e domiciliar e vias de circulação

§ 6º A infra-estrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de:

I - vias de circulação;

II - escoamento das águas pluviais;

III - rede para o abastecimento de água potável; e

IV - soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar (BRASIL,1979).

Podemos notar a preocupação com a forma como os lotes serão organizados e os requisitos mínimos que proporcionarão bem estar para o cidadão que adquire seu espaço, a fim de que sejam atendidas suas necessidades, seja de moradia, comércio ou outra atividade que

necessite uma estrutura compatível com as demandas urbanas necessárias. Sendo observados esses requisitos não só ganha apenas aquele que compra esse lote, mas toda sociedade como um todo, podemos citar como exemplo que uma melhor drenagem de águas pluviais diminui os riscos de enchentes na cidade e por consequência doenças como a Leptospirose podem ser evitadas.

A constituição federal de 1988 também mostra seu interesse na organização do espaço urbano e isso fica claro quando o constituinte dedica um capítulo para a questão urbana e coloca vinculada à ordem econômica e financeira do país, ao lado de temas de grande importância como o meio ambiente, política agrária e sistema financeiro. Existe a preocupação com a função social da propriedade urbana e atribui ao plano diretor da cidade a incumbência de caracterizar essa função de forma mais específica devido às características e peculiaridades de cada cidade.

Temos também o estatuto das cidades, Lei 10.257/2001 que trata da política urbana orientando as cidades a criarem seus planos diretores com o intuito de regulamentarem o uso da propriedade urbana em prol do bem coletivo e para seja desenvolvido políticas públicas a fim de promover um ambiente urbano de qualidade por meio de uma gestão democrática, possibilitando um ambiente equilibrado, sendo obrigatória sua atualização no mínimo a cada dez anos. O problema é que o plano diretor não é obrigatório a todas as cidades brasileiras, com isso grande parte dos municípios crescem sem as devidas observâncias.

No caso das cidades com menos de 20 mil habitantes o plano diretor é facultativo e esse é o caso da cidade de Araçagi que não dispõe deste, porém existem outros mecanismos de gestão, a exemplo do plano plurianual, da lei de diretrizes orçamentárias e o orçamento anual. Na lei orgânica do município de Araçagi temos também referência sobre a questão urbana e foi dedicado dois artigos para organização do espaço urbano.

Art. 89 - A Política de Desenvolvimento Urbano será fixada em lei municipal e obedecerá as diretrizes gerais, com objetivo de ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar dos seus habitantes.

Art. 90 - A propriedade urbana realiza sua função social quando atendidas em exigências fundamentais de ordenação da cidade.

§ 1.º - É assegurado ao município a assistência por parte do órgão ou entidades de desenvolvimento urbano, na elaboração de diretrizes gerais de ocupação de seu território, nos termos do parágrafo 2.º do artigo 185 da constituição estadual.

§ 2.º - Pode ser exercida a iniciativa de projetos de lei, de interesse específico da cidade ou bairros, mediante a manifestação de cinco por cento do eleitorado.

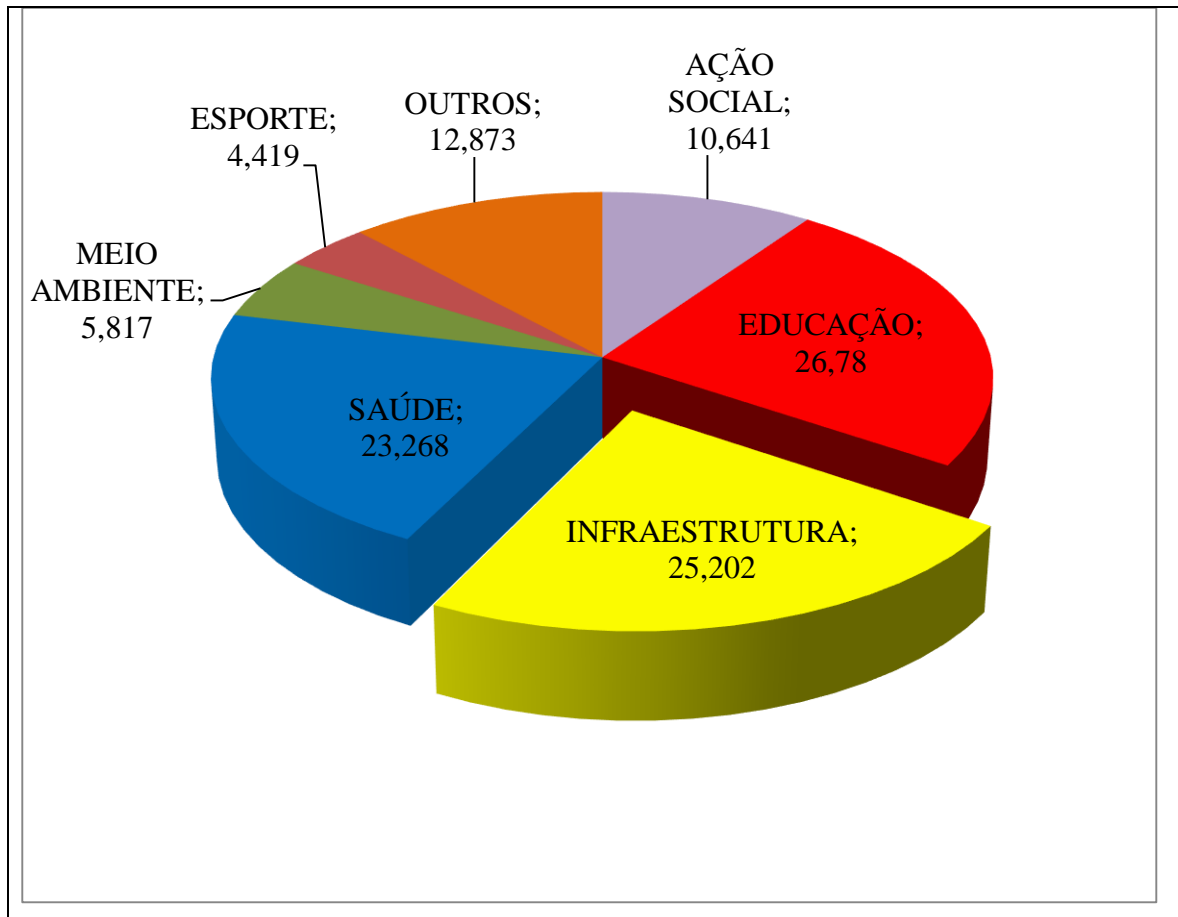
§ 3.º - As desapropriações dos imóveis urbanos serão feitas com prévia e justa indenização em dinheiro.

§ 4.º - Lei Municipal de cujo processo de elaboração as entidades representativas da comunidade local participarão, estabelecerá, com base no Plano Diretor, normas sobre saneamento, parcelamento e loteamento, uso e ocupação de solo, índice urbanístico, proteção ambiental e demais limitações administrativas sobre edificações, construção de imóveis em geral, fixando prazos para expedição de licenças e amortizações. (PARAÍBA, 1990).

Em Araçagi temos o plano plurianual, porém o mesmo não traz nada consistente referente a algum tipo de política urbana, já a lei de diretrizes orçamentárias nos dá um norte de como o poder público pretende investir em áreas diretamente relacionadas a questão urbana.

Em 3 de julho de 2018 foi sancionada a lei de diretrizes orçamentárias de número 335/2018 do município de Araçagi para o ano de 2019, ao analisarmos esta, podemos observar que a lei não estabelece como prioridade em seu texto a questão da expansão urbana, porém cita sua contribuição como importante para algumas metas estabelecidas pelo governo municipal. A seguir podemos ver um gráfico construído após análise dos valores que serão investidos em diversas áreas. (gráfico 4).

**Gráfico 4:** Investimentos do poder público municipal para o ano de 2019



Fonte: ARAÇAGI, 2018

Após apresentação dos números podemos perceber que a infraestrutura terá o segundo maior investimento por parte do governo municipal em 2019 ficando à frente dos investimentos voltados à saúde e se for analisado de forma geral esse número tende a crescer pois existem categorias em outras pastas que estão diretamente relacionadas as questões urbanas, por

exemplo, temos na secretaria de ação social um valor de R\$ 250.000,00 destinado para habitação e na pasta de saúde temos um valor de R\$ 43.219,00 destinado ao sistema de esgotamento sanitário e com isso a porcentagem muda.

Com um valor previsto de R\$ 3.761.644,00 o município de Araçagi terá um investimento de R\$ 1.241.219,00 para a questão urbana ultrapassando a área da educação que tem um orçamento de R\$ 1.007.360,00 com isso percebemos que o município mesmo não tendo em seu texto da Lei de Diretrizes Orçamentárias enfatizado como prioridade a questão urbana terá o maior índice de investimentos na estrutura urbana. (tabela 2).

**Tabela 2:** LDO do município de Araçagi-PB, ano de 2019

<b>FIXAÇÃO DAS DESPESAS PARA O ANO DE 2019</b>	<b>VALOR R\$</b>
PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS	450.000,00
IMPLANTAÇÃO DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA NO MUNICÍPIO	280.000,00
CONSTRUÇÃO E/OU MELHORIA HABITACIONAL	250.000,00
CONSTRUÇÃO/ RECUPERAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS E CALÇADÕES	150.000,00
CONSTRUÇÃO DE UM PORTAL	50.000,00
EXECUÇÃO DE OBRAS DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO	43.219,00
MANUTENSÃO DAS ATIVIDADES DE OBRAS E URBANISMO	18.000,00
<b>TOTAL</b>	<b>1.241.219,00</b>

Fonte: ARAÇAGI, 2018

Mesmo não tendo o plano diretor o município trabalha sua gestão urbana com as ferramentas disponíveis na legislação brasileira, cabe aos cidadãos buscarem conhecimento sobre seus direitos fundamentais e também cobrarem de seus representantes legislativos a fiscalização do governo municipal na execução dos investimentos destinados.

### **3.4 Necessidade de planejamento urbano**

Para início de qualquer tipo de atividade a ser desenvolvida pelo ser humano o planejamento é um instrumento sempre bem-vindo e na maioria das situações por intermédio desse é possível traçar metas, evitar situações desagradáveis e ter um melhor aproveitamento do que está sendo trabalhado. Na gestão urbana não é diferente, com um planejamento urbano é possível indicar problemas e possíveis soluções para estes, ele ajuda na tomada de decisões do Poder público de forma mais assertiva o que colabora para um bem estar social, o principal responsável pela política urbana é o Poder Público Municipal sendo confiada essa tarefa pela Constituição Federal de 1988.



O desenvolvimento e a consolidação da prática socioadministrativa configurada no planejamento urbano se valeriam dos avanços técnicos e científicos vistos como necessários ao diagnóstico (saber) dos problemas urbanos e à proposição de soluções (ação). Dessa forma, o planejamento urbano seria um tipo de ação pública racional e, como tal, pressupõe novas rotinas, em substituição aos métodos empíricos tradicionais, como a definição de metas a partir do conhecimento sistemático dos fenômenos e a adoção de novos instrumentos de controle, como, por exemplo, o orçamento-programa e, com a Constituição Federal de 1988, o Plano Plurianual de Investimentos e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. (VITTE, KEINERT, 2009 p 23)

O Planejamento sempre esteve presente nas atividades humanas, porém a forma mais técnica como conhecemos hoje, segundo Vitte e Keinert (2009), surgiu a partir de 1920 na ex-União Soviética e foi se expandindo logo depois para os países europeus, é interessante ser levado em conta que o planejamento urbano surgiu na possibilidade de ordenação do espaço e de proporcionar uma melhor qualidade de vida para a população que vivia de forma precária principalmente nas cidades que cresceram de forma desordenada devido ao êxodo rural no início da revolução industrial. Com isso o planejamento assume um poder socioadministrativo de mediação dos conflitos de problemas urbanos.

O planejamento urbano nas cidades européias, especialmente as inglesas, já no século XIX, foi proposto como alternativa pública de solução aos problemas urbanos decorrentes da industrialização e do crescimento demográfico, em particular aqueles relacionados à miséria, à poluição e a segregação socioespacial. (VITTE, KEINERT, 2009 p.20)

A produção do espaço é o tema central da política urbana e o Estado utiliza de mecanismos de regulamentação, através de medidas e procedimentos que normatizam o seu funcionamento emergindo na maioria das vezes do conflito de interesses envolvendo principalmente setores da economia. Para Vitte e Keinert (2009) um dos principais problemas enfrentados na lógica capitalista em relação ao planejamento é quem será beneficiado com os projetos desenvolvidos? Atenderá de fato aos anseios da sociedade de forma geral ou estará a serviço de algumas classes em detrimento da outra? De fato se pararmos para analisarmos ao nosso redor, observa-se que sempre próximo de bairros de classe média e alta, existe uma organização que favorece aos moradores que ali vivem um “mínimo” de dignidade, então parece pelo menos a primeira vista que os planejamentos nesses locais funcionam, desse modo logo fica a pergunta porque nos bairros pobres eles parecem que nunca saíram do papel.

Os momentos de produção do espaço geram centralidades diferenciadas em função do deslocamento do comércio, dos serviços e do lazer. Essas transformações decorrentes das funções dos lugares da cidade geram o que chamo de “centralidades móveis” - movimentação no espaço metropolitano de centros geradores de fluxo assentadas nas novas formas de comércio e dos serviços modernos. Por sua vez a “gestão” ao privilegiar determinadas áreas da cidade - abrindo avenidas, destruindo bairros, fechando ruas, impedindo usos e determinando outros - implode a

sociabilidade, desloca os habitantes, influencia a valorização/desvalorização dos bairros da cidade e acentua a desigualdade. (CARLOS, 2007 p 15).

Durante a história do planejamento urbano podemos identificar dois tipos de modalidades específicas de planejamento que são conhecidos como tecnocrático e participativo que tem características diferentes principalmente na tomada de decisões e do olhar sobre os problemas urbanos. (VITTE, KEINERT, 2009).

O planejamento tecnocrático é pautado principalmente nas posições dos técnicos e especialistas da área e tem como objetivo trazer uma ideia de cidade ideal fundada sobre o critério da funcionalidade urbana. Tem como concepção de vida urbana o fato de habitar, trabalhar, circular e cultivar ao corpo e trabalha também a separação dos usos urbanos e soluções padronizadas.

Em contra partida ao planejamento tecnocrático surge nos Estados Unidos por volta dos anos 1960, vários protestos contra os serviços executados pelo governo americano no pós guerra, com isso nasce o movimento do planejamento urbano participativo, que tendo uma visão heterogênea e diversificada referente ao uso do espaço urbano traz uma valorização da participação de entidades, incluindo também a população no debate, dando-lhes a oportunidade de participar nos processos de planejamentos onde de forma firme contestava as políticas ao atendimento da sociedade, principalmente as pessoas mais pobres. (VITTE, KEINERT, 2009).

Uma das principais críticas promovidas pelo planejamento participativo era que as cidades deveriam ser planejadas como de fato são, levando em consideração a peculiaridades de cada lugar, não se importando apenas com a parte estética e sim com as necessidades da população, principalmente de famílias mais carentes. No cenário brasileiro é possível identificar na década de 1970 o processo de urbanização da favela Brás de Pina e também projetos de habitação a exemplo do programa João de Barro desenvolvido entre 1975 e 1984. (VITTE, KEINERT, 2009).

Para Arantes, Vainer, Maricato (2000) um fator que existe de forma muito forte é a ausência dos poderes públicos nas regiões periféricas, sem nenhuma ou pouca intervenção de políticas públicas acaba por criar aquilo que os autores citam como a cidade ilegal, lugares que não representam nenhum valor econômico aos investidores e que assim ficam à disposição da população de baixa renda que diante da situação precária de acesso a moradia no Brasil, ocupa espaços deixados à revelia pelos proprietários e constroem ali suas casas.

A ilegalidade dessas construções torna-se elemento importante do capitalismo cruel ao qual nossa sociedade está inserida, percebem-se também os danos causados ao meio ambiente e intensificação da segregação social que promove diversas mazelas sociais e diversas

precariedades aos moradores como, por exemplo, a falta de saneamento básico, riscos de construções nas encostas dos morros e o aumento da violência.

É fácil notar que os problemas que acompanham a maior parte das cidades brasileiras não está na falta dos programas e ferramentas de planejamento urbano, pois existem diversos dispositivos disponíveis aos gestores públicos para uma orientação nas tomadas de decisões. Os problemas se iniciam ou iniciaram na falta de execução dos planos aprovados e aptos a regulamentar e resolver essas demandas, o que dificulta ainda mais esses problemas se dá no fato de que estes surgem normalmente em áreas que estão abandonadas à própria sorte por seus governantes.

As áreas ambientalmente frágeis - beira de córregos, rios e reservatórios, encostas íngremes, mangues, áreas alagáveis, fundos de vale - que, por essa condição, merecem legislação específica e não interessam ao mercado legal, são as que "sobram" para a moradia de grande parte da população. As conseqüências são muitas: poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes e epidemias etc. (ARANTES, VAINER, MARICATO, 2000 p 163).

Em uma parte da cidade vemos uma preocupação acompanhada de várias normatizações em sua estruturação, no outro lado dessa mesma cidade observamos um crescimento sem orientação, preocupação ou qualquer forma de planejamento para um espaço de qualidade, como se a população que ali reside não tivesse direito a um programa governamental de qualidade. O capitalismo também exerce uma forte pressão sobre os políticos, fica claro que estes ao chegarem ao poder planejam as cidades para o atendimento dos detentores dos capitais de investimento.

A nível intra-urbano, o poder público escolhe para seus investimentos em bens e serviços coletivos, exatamente os lugares da cidade onde estão os segmentos populacionais de maior poder aquisitivo; ou que poderão ser vendidos e ocupados por estes segmentos pois é preciso valorizar as áreas. Os lugares da pobreza, os mais afastados, os mais densamente ocupados vão ficando no abandono.

Será que a cidade cresce desordenadamente, porque ela não está sob planejamento? Será que o Estado (subjugado pelas classes dominantes) é neutro ao planejar seus investimentos? (SPOSITO, 2000 p.74:75).

Podemos concluir que o planejamento tem uma grande importância na expansão das cidades, porém é notável que os projetos na maioria dos casos ou não saem das gavetas das repartições públicas ou são executados apenas em áreas nobres, que por intermédio dessas obras valoriza ainda mais esses locais e a população que mais precisa desses programas de habitação e infraestrutura fica abandonada pelo poder público, intensificando ainda mais os problemas urbanos.

### 3.5 Alguns problemas relacionados à cidade

Falar sobre os problemas que temos nas cidades é um assunto muito extenso e amplo, se formos analisar as deficiências relacionadas aos serviços públicos e as necessidades que precisamos enquanto moradores urbanos, veremos que estamos numa situação extremamente difícil, pois na maioria dos casos, nos falta o mínimo para uma vida digna. Existem vários e específicos problemas que são relacionados diretamente com cada cidade específica, algumas têm uma carência maior de saneamento básico, outras, já são mais afligidas por um grande número de pessoas vivendo ao relento, enfim a diversidade de situações que nos fazem parar e pensar como está sendo a vida urbana.

Violência e pobreza, por exemplo, são possíveis de identificar nas áreas urbanas como rurais, então poderíamos entender que os problemas são propriamente humanos e não simplesmente urbanos? Souza (2003) nos apresenta situações de problemas relacionados diretamente com a figura da cidade e não apenas explicado ou entendido como um simples fator inerente ao ser humano de forma geral.

Há porém, alguns tipos de manifestação de criminalidade violenta, ou de violência em geral, que estão intimamente conectados às peculiaridades do espaço urbano (formas espaciais, modos de vida e estratégias de sobrevivência): a violência no trânsito; os quebra-quebras de protesto em estações ferroviárias ou de ônibus; os conflitos entre quadrilhas rivais de traficantes de drogas; os choques entre gangues de ruas ou bairros diferentes (SOUZA, 2003 p 82).

Não é de admirar-se que cidades maiores contenham mais difíceis e complexos desafios a serem superados, porém a quantidade de habitantes não se torna um fator principal e decisivo que justifiquem muitos problemas diretamente urbanos. O que temos de forma concreta é que como a cidade é uma construção histórica, muitos dilemas já existentes crescem juntamente com o avanço urbano daquele lugar, como se fosse uma bola de neve que cresce cada dia mais.

Um conceito importante na análise dos problemas urbanos é a noção de qualidade de vida que está estritamente ligada ao bem estar da população sendo pensada numa perspectiva mais abrangente, indo além das necessidades básicas necessárias do ser humano para uma vida que contemple os anseios e satisfações, não só coletiva, mas também individual sendo um termômetro para uma avaliação do grau de o quanto a população está satisfeita com sua cidade.

A ideia de um indivíduo estar satisfeito ou não, é relativo e pessoal, com isso pode se passar a impressão de um alvo inatingível de ser alcançado, porém é necessário que exista a busca de políticas que atendam no mínimo as necessidades básicas do cidadão para que o

mesmo viva muito e viva bem, sendo levado em consideração as evoluções humanas, pois só atendendo estas necessidades é que poderemos pensar em algo que leve aos moradores de uma cidade a ter um ambiente para além do esperado.

O conceito de qualidade de vida guarda relação com a satisfação das necessidades humanas e numerosos estudos fazem essa vinculação. Algumas das necessidades humanas se transformam com o tempo, mas as necessidades básicas, ou fundamentais, são as mesmas em todas as culturas e em qualquer período histórico, por que são afeitas à condição humana. (VITTE, KEINERT, 2009 p 91).

Dentre os diversos problemas existentes nas cidades a falta de moradia é um dilema que deve ser mencionado e dado melhor atenção principalmente por aqueles que planejam a cidade. Grande parte da população está sendo privada desse direito constitucional que é o acesso a moradia, como um cidadão pode ter possibilidades de exercer sua cidadania sem um local para residir? Identificamos não só o problema da falta de moradia, mas também, um dos mais terríveis e cruéis problemas, a exclusão social.

A habitação é um desses bens cujo acesso é seletivo: parcela enorme da população não tem acesso, quer dizer, não possui renda para pagar o aluguel de uma habitação decente e, muito menos comprar um imóvel. Este é um dos mais significativos sintomas de exclusão que, no entanto, não ocorre isoladamente: correlatos a ela estão a subnutrição, as doenças, baixo nível de escolaridade, o desemprego ou o subemprego e mesmo o emprego mal-remunerado. (CORREA, 1989 p 29).

O principal fator da falta de acesso a moradia se dá pelo fato de que como a terra urbana se tornou uma mercadoria (e uma mercadoria muito cara por sinal) a maior parte da população não tem condições de comprar esse “produto” e sem apoio de uma política pública de qualidade, os cidadãos são lançados a própria sorte sem perspectivas sociais e com uma tremenda dificuldade de sobreviver e de manter suas famílias.

Na realidade, atualmente a cidade inteira está submetida ao valor de troca, como consequência da generalização do mundo da mercadoria que transformou o próprio espaço em mercadoria, o que significa que os modos possíveis de apropriação devem realizar-se nos limites e interstícios da propriedade privada do solo urbano, que delimita o acesso dos cidadãos à moradia (definido e submetido ao mercado fundiário), ao mesmo tempo em que determina e orienta outras formas de uso (o momento definido enquanto lazer, por exemplo, desvela o fato de que estes acessos se realizam através do consumo do espaço através do mercado) (CARLOS, 2007 p 93).

A dificuldade de financiamento acaba agravar a situação dos que não tem condições de poder comprar uma casa, nessa perspectiva tivemos uma melhora na liberação do crédito para aqueles que têm o sonho da casa própria, se comparamos aos anos de 1990 onde segundo Maricato (2000) mais da metade da população da região metropolitana de São Paulo que é uma

das áreas que mais concentra oportunidades de trabalho, não teria condições de conseguir um financiamento de imóvel, imagine em outras regiões do país onde praticamente a maior parte da população está desempregada.

Nos anos 1990, o financiamento habitacional oferecido pelo mercado privado legal, ou seja, pelos bancos, não atinge aqueles que ganham menos de 10 salários mínimos, de modo geral. Algumas cooperativas associativas como é o caso da Cooperativa do Sindicato dos Bancários, em São Paulo, chegam com seus produtos à faixa mínima de 8 salários mínimos (1999). Essa, entretanto, não é a regra. Para dar uma idéia grandeza, na região metropolitana de São Paulo apenas 40% das famílias, aproximadamente, tem renda de dez salários mínimos para cima. Ou seja, quase 60% da população da metrópole paulistana estão excluídos do mercado legal privado moradia (MARICATO, 2000 p 156).

Com o programa Minha Casa Minha Vida lançado em 2009 pelo Governo Federal, notou-se uma melhora significava no acesso ao financiamento habitacional, pois famílias com renda de até R\$ 1.800,00 puderam adquirir a casa própria por meio da Caixa Econômica Federal que ofereceu financiamento de até 120 meses, com prestações mensais que iniciavam com o valor de R\$ 80,00, conforme a renda bruta familiar. As famílias com renda de até R\$ 2.600,00 puderam adquirir um imóvel financiado com taxas de juros de 5% ao ano e até 30 anos para pagar e subsídios de até 47,5 mil reais e o Banco do Brasil também ofereceu taxa de juros a partir de 5,5 % ao ano, podendo ser reduzido para 0,5% para trabalhadores que possuam conta há pelo menos três anos no FGTS.

Melhorou-se com relação aos anos 1990, porém estamos longe de solucionarmos o problema de moradia que é sem dúvida um dos principais desafios a ser superado dentre os diversos dilemas urbanos brasileiros, sem um teto para se viver é difícil falarmos em cidadania e qualidade de vida.

Quando enfim, o cidadão das classes mais pobres consegue adquirir sua casa se depara com outros problemas como a falta de saneamento básico, ruas não pavimentadas, falta de estruturas para a distribuição de energia e até mesmo a falta de abastecimento de água potável. Isso se dá na maioria dos casos devido ao fato que diante das disputas dos espaços urbanos restam aqueles menos valorizados para a classe mais pobres.

As habitações mais “pobres” localizam-se, obviamente, nos terrenos mais baratos junto às áreas com insuficiência ou inexistência de infra-estrutura, junto às indústrias, nas áreas alagadiças às margens dos rios e córregos ou mesmo nos morros, em função do preço do metro quadrado do terreno na metrópole. As favelas se localizam nas áreas onde a propriedade privada da terra, em princípio, não exerce seu poder, isto é, terras da prefeitura ou áreas em litígio (CARLOS, 2007 p 98).

Na grande parte dos casos são lugares distantes do centro ou das áreas direcionadas para moradia como, por exemplo, as encostas e terrenos alagadiços onde praticamente não existe povoamento e os poderes públicos não disponibilizam projetos ou até mesmo políticas públicas para esses locais, muitas famílias ficam prejudicadas, porém devido às condições financeiras são obrigadas a viver de forma precária nesses ambientes.

E se trata de loteamentos populares, com o mínimo de infra-estrutura. Tendo em vista o baixo poder aquisitivo da população que para aí se desloca, não há interesses desses proprietários em se transformarem em promotores imobiliário. Apenas realizarão o loteamento: as habitações serão construídas pelo sistema de autoconstrução ou pelo Estado, que aí implante enormes e monótonos conjuntos habitacionais.

Criam-se loteamentos populares na periferia urbana: enchentes, mosquitos, valas negras, crimes, esquadrão a morte, horas e horas perdidas em precários transportes coletivos, eis alguns dos aspectos do cotidiano desta periferia urbana, fruto de uma ação espacialmente diferenciada dos proprietários fundiários. (CORREA, 1989 p 19).

Podemos citar outros problemas relacionados aos espaços urbanos, porém os que foram mencionados já nos apontam para a necessidade de pensarmos como está se dando o crescimento das cidades e assim desenvolver políticas públicas que alcancem as necessidades dos cidadãos, principalmente aqueles das classes mais pobres que estão morando em lugares inapropriados ou sem uma estrutura adequada, a fim de proporcionar uma cidade mais agradável de viver e minimizar ou extinguir problemas que na verdade nem deveria existir devido serem tão básicos ao ser humano.

Parte de nossas cidades podem ser classificadas como não cidades: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com o transporte precário, a luz e a água (esta não tem abrangência universal, nem mesmo em meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (MARICATO, 2000 p 140).

Devemos nos fazer participantes dos debates sobre esse assunto tão importante e que afeta diretamente nosso modo de viver, a principal ferramenta para a população é o conhecimento sobre seus direitos, pois só assim é possível reivindicar aos representantes que estão no poder para obtermos uma cidade mais justa a todos.

#### 4. CRESCIMENTO DA CIDADE DE ARAÇAGI

Dentro da pesquisa foram feitas visitas aos locais de expansão urbana na cidade de Araçagi, é possível compreender que existem situações bem parecidas nestes locais e que afetam a população como um todo. Na imagem 6 a seguir, temos as áreas que foram visitadas, a pesquisa analisa o avanço urbano por meio dos loteamentos dos quais: três são de iniciativa privada, um loteamento doado pela prefeitura municipal de Araçagi e um conjunto habitacional que é proveniente de parcerias com o governo federal. (imagem 6).

**Imagem 6:** Área da pesquisa



**Fonte:** Google Maps, 2019. Adaptado

Notamos que os locais de expansão urbana em Araçagi se dão de forma mais expressiva ao norte e ao leste da cidade. É perfeitamente compreensivo essa direção de crescimento pois ao sul da cidade, encontra-se o rio que corta lateralmente toda a extensão urbana araçagiense e ao leste a cidade começou a ser construída a pouco menos de 500 metros da divisa como o território do município de Guarabira, sendo essa divisa representada por uma ponte sobre o rio Araçagi.

Mesmo sendo uma cidade sem ter muitas oportunidades de trabalho, nem muitos serviços para sua população, Araçagi, vem tendo uma grande quantidade de construções de casas. Seus lotes, nos casos dos loteamentos privados estão custando acima de R\$ 30.000, o que é um valor considerável, demonstrando uma valorização na malha urbana.



#### 4.1 Loteamento Nova Araçagi

Fica localizado na saída para o município de Itapororoca a leste da cidade de Araçagi. Teve o seu lançamento no ano de 2014, poderia ser adquirido um lote de 200 m<sup>2</sup> em torno de R\$ 31.000 com parcelas de R\$ 245,00 por um período de até 120 meses. Também é o que têm mais lotes disponíveis para venda, no total de 663 lotes sendo que destes já foram vendidos 400 lotes até o ano 2018, representando 60% do total. (imagens 7 e 8).

**Imagem 7:** Loteamento Nova Araçagi em 2015



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2015

**Imagem 8:** Loteamento Nova Araçagi em 2019



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

O local que é muito alagadiço já teve uma infraestrutura para o escoamento de suas águas, porém é notável que não foi o suficiente para sanar o problema, existem ainda muitas ruas sem calçamento e não percebemos mecanismos para o esgoto sanitário. (imagens 9 a 12).

**Imagem 9:** Loteamento Nova Araçagi e seu escoamento das águas



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

**Imagem 10:** Loteamento Nova Araçagi com ruas sem calçamento



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

**Imagem 11:** Loteamento Nova Araçagi visto da Rodovia PB 057 em 2015



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2015

**Imagem 12:** Loteamento Nova Araçagi visto da Rodovia PB 057 em 2019



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Analisando as fotos, vemos que o local em quatro anos já teve uma mudança na paisagem, várias casas foram construídas, existe a presença de uma escola privada de que dispõe do ensino maternal até o 9º ano, uma pequena fábrica de confecções e uma loja de produtos para produtores rurais.

## 4.2 Loteamento Bela Vista

Fica localizado ao norte do município, na saída para o distrito de Canafístula, o loteamento está no local bem movimentado devido a quantidade de pessoas que circulam, seja para compra de algum produto na cidade ou até mesmo estudantes, professores, profissionais de saúde e agricultores que trabalham na plantação de abacaxi e que utilizam dessa estrada para a realização de suas atividades, passando em frente ao loteamento. (imagens de 13 a 16).

**Imagem 13:** Lado oeste do loteamento Bela Vista    **Imagem 14:** Lado leste do loteamento Bela Vista



**Fonte:** Daniel Ferreira Carvalho, 2019



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

**Imagem 15:** Loteamento Bela vista em 2015

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2015

**Imagem 16:** Loteamento Bela vista em 2019

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Seu lançamento foi no ano de 2013 porém ainda não existem muitas construções de casas, é visto o trabalho de calçamento de suas ruas e uma caixa d'água que estará sendo utilizada para o abastecimento de água para seu moradores, porém não se percebe uma estrutura para seu esgotamento sanitário nem o escoamento de suas águas O loteamento dispõe de 160 lotes e cada lote dispõe de 200 m<sup>2</sup>, foram vendidos 45 lotes até o ano de 2018 o que equivale a 28% dos lotes a venda. (imagens 17 e 18).

**Imagem 17:** Caixa d'água do loteamento Bela vista

**Fonte:** Daniel Ferreira Carvalho

**Imagem 18:** Topografia do Loteamento Bela Vista

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

A caixa d'água vista na imagem 17 irá atender não só o loteamento Bela Vista, ela faz parte de uma estrutura que dará suporte no abastecimento de água também para o loteamento Nova Araçagi, no conjunto habitacional citado nesse trabalho e também no loteamento que foi doado pela prefeitura municipal que faz limite com lado oeste do loteamento Bela Vista.

### 4.3 Loteamento Alto da Serra.

Lançado no ano 2015 com 105 lotes disponíveis, é o mais recente dos loteamentos araçaigienses e está localizado à oeste do município, as margens da rodovia PB 057. Podemos notar o uso do clima neste loteamento como fator de valorização de venda, isso fica evidente no nome atribuído ao mesmo. É perceptível que as características físicas do local não condizem com o significado de serra. O conceito de serra traz a ideia de locais de relevo que possui desníveis consideráveis. No caso paraibano temos o planalto da Borborema que possui escarpas que são denominadas de serras. (PEREIRA, 2018).

Como o ramo imobiliário dispensa em muitos casos conceitos específicos tendo como seu norte a venda do produto, que no caso é a terra, o nome “serra” sugere a ideia de um clima mais agradável e com isso enobrece o empreendimento valorizando o mesmo. (imagens 19 e 20).

**Imagem 19:** Propaganda do loteamento Alto da Serra **Imagem 20:** Entrada do Loteamento Alto da Serra



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019



**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Os lotes medem 10 metros de frente por 20 metros de comprimento, totalizando uma área de 200 m<sup>2</sup> e são negociados em até 120 meses com parcelas a partir de R\$ 275,00. Nessa situação o preço do metro quadrado no loteamento Alto da Serra custa em média R\$ 165,00 resultando no valor de R\$ 33.000 por lote. Percebemos no local algumas construções já erguidas, mesmo não tendo sua topografia elevada como sugere o nome, o loteamento não tem problemas com terrenos alagadiços. (imagens 21 e 22).

**Imagem 21:** Topografia do Loteamento Alto da Serra

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

**Imagem 22:** Loteamento Alto da Serra

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Na parte estrutural notamos que já existe a disponibilidade de postes e cabos para o atendimento da energia elétrica aos lotes, já não notamos a presença de rede para abastecimento de água e tratamento de esgoto sanitário como também nenhuma de suas ruas estão calçadas. Segundo Benício (2018) já foram vendidos 45 lotes até o ano de 2018 o que equivale a 42,85% do total de lotes ofertados.

#### 4.4 Loteamento doado pela Prefeitura de Araçagi

No período da administração do prefeito Jose Alexandrino Primo no período de 2013-2016, foram doados alguns lotes de uma gleba localizada no final do conjunto Santo Amaro. O local dispõe de 132 lotes, cada lote tem uma área de 128m<sup>2</sup>. Não foi possível saber ao certo quais foram os critérios para entrega dos lotes, só sabe-se que não existiu custos para os beneficiários. (imagens 23 e 24).

**Imagem 23:** Planta do Loteamento doado pela PMA

**Fonte:** Wendel Silva de França, 2019

**Imagem 24:** Foto do Loteamento doado pela PMA

**Fonte:** Daniel Ferreira Carvalho, 2019

Podemos perceber que no local ainda existem muitas casas que não têm o sistema de distribuição elétrica (Postes e cabos), como também não existe o fornecimento de água pela CAGEPA. Também não existe uma estrutura para o esgoto sanitário e as ruas não são calçadas. (imagens 25 e 26).

**Imagem 25:** Ruas sem calçamentos no loteamento doado pela PMA



**Fonte:** Fernanda de Lima Barros Andrade, 2019

**Imagem 26:** Loteamento doado pela PMA sem rede elétrica



**Fonte:** Fernanda de Lima Barros Andrade, 2019

Nesse loteamento já foram construídas um número considerável de casas, porém a situação de seus moradores se mostra bastante precária, em vários casos os moradores não têm energia elétrica nem água encanada devido a inexistência de rede elétrica e sistema de abastecimento de água, levando os seus moradores a compartilharem a energia e água de um único local que já foi beneficiado desses serviços, podendo inclusive gerar acidentes devido a forma que é feito.

#### 4.5 Conjunto Habitacional

Iniciado na gestão do prefeito Onildo de Sousa Câmara no ano 2011, o conjunto habitacional mais conhecido popularmente como “casinhas”. O local foi uma parceria com o governo federal que a princípio contaria com a doação de 90 casas com 40 m<sup>2</sup> cada. Hoje notamos que existe um número aproximadamente de 250 casas construídas, pois o proprietário de algumas terras ao fundo desse local destinado ao conjunto habitacional doou uma gleba que foi dividida em vários lotes cada um medindo 4 metros de frente por 15 metros de fundo. (imagens 27 e 28).

**Imagem 27:** Conjunto Habitacional em Araçagi

**Fonte:** Fernanda de Lima Barros Andrade, 2019

**Imagem 28:** Principal rua de acesso ao conjunto Habitacional em Araçagi

**Fonte:** Claudiano dos Santos Andrade, 2019

Percebemos que existe vários problemas de infraestrutura urbana no local, boa parte das casas construídas e que inclusive com pessoas morando, não dispõe de rede de água para atendimento desses moradores bem como a falta de calçamento em todas as ruas e também a inexistência de estruturas para o fornecimento de energia elétrica, no dia 10/10/2019 uma equipe da concessionária de energia elétrica colocou alguns postes em uma parte do local após cerca de oito anos. (imagens 29 e 30).

**Imagem 29:** Instalação de postes no conjunto Habitacional em Araçagi

**Fonte:** Alexandre Justino da Silva, 2019

**Imagem 30:** População acompanha instalação de postes no Conjunto Habitacional em Araçagi

**Fonte:** Alexandre Justino da Silva, 2019

Sem contar que o local é bem distante dos pontos estratégicos da cidade, a exemplo das crianças que ali residem que para chegar para escola mais perto, tem que ir caminhando pelas margens da PB 057, o que se mostra muito perigoso. A população sofre com essa falta de planejamento e o descaso do poder público.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo mostrou que a malha urbana da cidade de Araçagi está crescendo, mais pessoas estão se mudando por diversos motivos para zona urbana do município. Para Andrade(2014), Lopes(2014) e Benício(2018) um dos motivos que encontramos para essa procura pela cidade é a alta da taxa de violência na zona rural. É possível entender que diante desse medo a procura por lotes urbanos aumentam e com isso os valores pagos por estes tendem também a subir.

Não é possível falarmos que existe um processo grande de urbanização tendo em vista que a maior parte da população ainda encontra-se na zona rural, mas é um fato que a cidade está em constante crescimento, o que à princípio é algo extremamente benéfico, sendo visto do lado econômico. Mas o crescimento traz consigo também problemas que caso não sejam tomadas as medidas necessárias afetaram a população.

Os três loteamentos privados oferecem juntos uma quantidade de 928 lotes para a população que dispõe do poder de compra ou financiamento junto aos bancos, seja por financiamentos próprios ou com parcerias com projetos do governo federal como por exemplo os subsídios que é oferecido no programa Minha Casa, Minha Vida. Essa diversidade de formas e facilidades de aquisição possibilita aos araçagienses a possibilidade de ter sua casa própria, sonho de muitos cidadãos.

Já no caso dos lotes doados pela prefeitura municipal e no conjunto habitacional promovido pelo governo federal em parceria com o município, notamos uma quantidade de 382 lotes para a classe de menor poder aquisitivo. Mas a reflexão promovida após o estudo foi de que não basta apenas ter um teto sobre a cabeça, é necessário uma preocupação de como será essas futuras moradias.

O direito à moradia vai muito além de ter uma casa. É preciso que haja a compreensão por parte daqueles que compram ou ganham lotes, que existem direitos básicos inerentes aos cidadãos. Ter acesso aos mecanismos públicos é um direito de todos. Uma rua calçada e com o devido tratamento de esgoto ou até mesmo serviços básicos como a distribuição de água ou de energia elétrica não devem ser sonhos, nem considerados favores.

Existe uma necessidade notável de conhecimento por parte daqueles que estão envolvidos na compra ou até mesmo numa doação, e pode-se até se perguntar: Mesmo nas situações de doação há o que ser cobrado? Sim! É necessário dissociar a ideia do público com o gratuito, a sociedade não está recebendo um presente e sim o fruto de recursos oriundos de



cada contribuinte do erário público. Mesmo nos casos em que os poderes públicos locais disponibilizam lugares para sua população, estes devem ter o que determina a legislação vigente no país.

As leituras dos autores citados neste trabalho bem como as leis disponíveis para a organização do espaço urbano nos mostram que existem mecanismos de construirmos uma cidade que proporcione mais dignidade aos seus moradores, tendo o conhecimento destes a população deve reivindicá-los aos que são os responsáveis por fazer, a participação da população se mostra parte importante do processo de produção do espaço.

A falta de saneamento básico na cidade de Araçagi foi notável em todos os espaços que estão sendo construídos e isso se mostra preocupante, sem contar que as casas já construídas depositam seu esgoto no rio da cidade. Com o crescimento da cidade esse processo intensifica tendo em vista que as novas casas que estão sendo construídas não estão tendo essa preocupação. Existe uma quantidade grande de doenças provenientes dessa deficiência que afeta diretamente toda a população.

Nos loteamentos privados notamos que já existem as estruturas para o fornecimento de energia elétrica com a disposição de postes e cabos. Os locais provenientes do poder público boa parte deles ainda sofrem sem esse serviço primário, seus moradores fazem estruturas precárias (trata-se de extensões que são puxadas das casas que têm energia) o que pode levar a possíveis acidentes devido a uma elevada carga de energia usada em apenas uma rede residencial.

O problema com o sistema de distribuição de água está presente em quase todos os espaços estudados, mesmo sendo um serviço essencial à existência humana é problema real, inclusive em locais da iniciativa privada. A população ainda sofre sem esse atendimento tão básico para aqueles que já estão morando nas casas, algumas medidas nesse sentido estão tomadas: a exemplo de uma caixa d'água que irá ajudar na distribuição e estão sendo feitas instalações de rede hidráulica para a resolução deste problema. Porém para alguns desses lugares esse atendimento ainda parece distante.

Nessa pesquisa pode-se analisar o cenário atual do crescimento da malha urbana araçagiense e compreender que existe uma falta de planejamento e gestão urbana. A população alheia a seus direitos sofre com a inexistência de serviços básicos e quando se mostram ter ciência do assunto não parece ter interesse na reivindicação destes.

É preciso que se busque um planejamento urbano efetivo, a fim de evitarmos desconfortos à população e também se faz necessário a divulgação de informações que são

pertinentes aos cidadãos. Morar vai muito além de simplesmente comprar uma casa, levar a família e residir num local.

O cidadão precisa fazer-se participante do que a cidade pode oferecer, seja de serviços básicos como saúde e educação como o lazer que é direito a todos porém é negligenciado por muitos. Cabe a cada um de nós buscarmos esses benefícios como também se fazer presente na administração pública para construirmos um local agradável e de maior qualidade para nossa sociedade.

## REFERÊNCIAS

ANDRADE, Kaliandra Gomes. **O processo de crescimento e de organização do espaço urbano em Araçagi – PB**. 31p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

ARAÇAGI. Lei. 335/2018, de 12 de junho de 2018. **Dispõe sobre as diretrizes para elaboração da lei orçamentária para o exercício de 2019, e dá outras providências**. Araçagi, Paraíba, 12 junho de 2018. Disponível em: <https://www.aracagi.pb.gov.br/lei-335-2018-loa-2019/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

ARANTES, Otília.; VAINER, Carlos.; MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: desmanchando consensos**. 3. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

BARBOSA, Lucio. (1979). Cidadão [Gravado por Zé Ramalho]. In: Frevoador. Columbia Sony Music, 1992. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=s1q9vTXYUUY>. Acesso em 20 out. 2019.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva S.A, 1997.

BENÍCIO, Maria Elenice Macena. **Novas formas de expansão urbana: um estudo sobre os loteamentos na cidade de Araçagi-PB**. 43p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

BRASIL. Constituição Federal de 1988, de 5 de outubro de 1988. **Constituição Federal de 1988**. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. Lei. 10.257/2001, de 10 de julho de 2001. **Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências**. Brasília, DF, 10 jul. 2001. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/leis\\_2001/110257.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/110257.htm). Acesso em 20 out. 2019.

BRASIL. Lei. 6.766/1979, de 19 de dezembro de 1979. **Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências**. Brasília, DF, 19 dez. 1979. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L6766.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L6766.htm). Acesso em 20 out. 2019.

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL. **Habitação minha casa minha vida urbana**. Brasília, 2015. Disponível em: <http://www.caixa.gov.br/voce/habitacao/minha-casa-minha-vida/urbana/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 25 nov. 2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. 1. ed. São Paulo: Labur Edições, 2007.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo: Ática S.A, 1989.

CPRM – Serviço Geológico do Brasil. **Projeto cadastro de fontes de abastecimento por água subterrânea. Diagnóstico do município de Araçagi, estado da Paraíba.** MASCARENHAS, João de Castro. et al. (Org.). Recife: CPRM/PRODEEM, 2005.

GOMES, Gilvando Nunes. **Expansão urbana do município de Guarabira – PB a partir dos loteamentos.** 39f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.

GUIMARÃES, Rafaela Felix Basílio. et al. **Identificação do potencial e os obstáculos para a implantação de um empreendimento aquícola de criação de Tilápia em tanque-rede na Paraíba.** In. II Workshop internacional sobre água no semiárido brasileiro. Campina Grande: Editora Realize, 2015. Disponível em: [http://www.editorarealize.com.br/revistas/aguanosemiarido/trabalhos/TRABALHO\\_EV044\\_MD4\\_SA4\\_ID235\\_10092015211629.pdf](http://www.editorarealize.com.br/revistas/aguanosemiarido/trabalhos/TRABALHO_EV044_MD4_SA4_ID235_10092015211629.pdf). Acesso em 22 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Censo demográfico 2010.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/aracagi/pesquisa/23/27652?detalhes=true>. Acesso em 20 out. 2019.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas. **Produção agrícola-pecuária 2018.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/aracagi/pesquisa/14/10193>. Acesso em 20 out. 2019.

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Índice de desenvolvimento da educação básica 2017.** Disponível em: <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>. Acesso em 15 fev. 2019.

LOPES, João Paulo dos Anjos. **Insegurança e criminalidade no meio rural: o caso dos sítios Contento e Pedra do Boi, Araçagi – PB.** 50p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

NASCIMENTO, Lucilene Crispim do. **Processo de degradação ao longo do rio Araçagi-PB.** 51p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2014.

OLIVEIRA, Elza Regis de.; MENEZES, Mozart Vergetti de.; LIMA, Maria da Vitória Barbosa. **Catálogo dos documentos manuscritos avulsos referente à Capitania da Paraíba, existentes no Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa.** João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2002.

PARAÍBA. Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990. **Lei orgânica municipal.** Araçagi, Paraíba, 06 de abril de 1990. Disponível em: <https://www.aracagi.pb.gov.br/lei-organica-do-municipio/>. Acesso em: 20 out. 2019.

PEREIRA, Edmilson Barbosa. **Interferências da ocupação e uso do recursos ambientais nos processos morfodinâmicos no município de Serra de São Bento/RN.** 53p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2018.

SANTOS, Milton.; NEVES, Gervásio Rodrigues. et al. (Org.). **O espaço da cidadania e outras reflexões.** 2. ed. Porto Alegre: Fundação Ulysses Guimarães, 2011.

- SILVA, Aurélio Moreira da. **Educação patrimonial: história e cultura no município de Araçagi-PB.** 27f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2019.
- SILVA, Nadja Avelino da Silva. **Loteamentos: um estudo do crescimento horizontal da cidade de Guarabira-PB.** 35f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2012.
- SILVA, Rosemery Souza e. **Impactos socioeconômicos decorrentes da construção da barragem de Araçagi/PB.** 33p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2016.
- SOUTO, Luís Eduardo Couto de Oliveira. **Guia do parcelamento do solo urbano: perguntas e respostas: consultas e modelos.** Florianópolis: MPSC, 2010.
- SOUZA, Daniel Vieira de. **A construção da barragem de Araçagi- PB e as transformações espaciais e culturais da comunidade Tainha.** 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Geografia) - Universidade Estadual da Paraíba, Guarabira, 2010.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- SPÓSITO, Eliseu Savério. **A vida nas cidades.** 5. ed. São Paulo: Contexto, 2010.
- SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. **Capitalismo e urbanização.** 10. ed. São Paulo: Contexto, 2000.
- VITTE, Claudete de Castro Silva.; KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. (Org.). **Qualidade de vida, planejamento e gestão urbana: discursões teórico-metodológicas.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.